UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ- CAMPUS FOZ DO IGUAÇU
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE – CELS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS – MESTRADO E DOUTORADO – PPGSCF

JANAINA PROENSA DOS SANTOS

Possibilidades e limites no atendimento de alunos com transtorno do espectro autista do 1º ao 5º ano do ensino fundamental: uma escola fronteiriça

FOZ DO IGUAÇU
2025

JANAINA PROENSA DOS SANTOS

Possibilidades e limites no atendimento de alunos com transtorno do espectro autista do 1º ao 5º ano do ensino fundamental: uma escola fronteiriça

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Mestrado e Doutorado, do Centro de Educação Letras e Saúde, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras.
Área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras
ORIENTADOR: Valdecir Soligo

FOZ DO IGUAÇU
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Proensa dos Santos, Janaina
Possibilidades e limites no atendimento de alunos com transtorno do espectro autista do 1° ao 5° ano do ensino fundamental: uma escola fronteiriça / Janaina Proensa dos Santos; orientador Valdecir Soligo. -- Foz do Iguaçu, 2025.
99 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2025.

1. Transtorno do Espectro Autista. 2. Escola. 3. `Professores. 4. Inclusão. I. Soligo, Valdecir, orient. II. Título.

SANTOS, J. P. **Possibilidades e limites no atendimento de alunos com transtorno do espectro autista do 1º ao 5º ano do ensino fundamental: uma escola fronteiriça**. 99 f. Dissertação de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Valdecir Soligo. Foz do Iguaçu, 2025. Janaina Proensa dos Santos.

Aprovado em 04/06/2025

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
VALDECIR SOLIGO
Data: 04/06/2025 14:01:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Valdecir Soligo (Orientador (a)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

gov.br Documento assinado digitalmente
ADRIAN ALVAREZ ESTRADA
Data: 05/06/2025 08:45:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Adrian Alvarez Estrada
Universidade.....
(Membro titular - Professor da UNIOESTE)

gov.br Documento assinado digitalmente
JULIANA FATIMA SERRAGLIO PASINI
Data: 04/06/2025 14:06:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dra. Juliana Serraglio Pasini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS

Dedico este trabalho a minha família, aos meus queridos pais Juvenal e Iolanda, vocês são minha inspiração e exemplo de vida e aos irmãos Jociani e Jeverson, companheiros de toda a vida. Pai e mãe, vocês foram os melhores pais e conseguiram aplicar a combinação perfeita de amor, proteção e limites. Foi de vocês o incentivo aos estudos, apesar de todas as dificuldades que só nós sabemos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por me agraciar com pais maravilhosos, Juvenal e Iolanda, que na sua simplicidade, souberam reconhecer o valor da educação e incentivar os meus estudos, repetindo incansavelmente que a dedicação em estudar seria a herança que eu herdaria, o que se aprende ninguém pode tomar. Os calos nas mãos de meus pais me permitiram estudar e construir a carreira que amo e a qual me dedico incansavelmente.

Aos meus filhos Maria Clara e Otávio Júlio, razões do meu viver, agradeço pelo incentivo e pela paciência com a ausência da mamãe. Apesar de reclamarem quando eu não estava presente, sempre compreenderam que trabalhar e estudar, apesar de não ser fácil, é necessário.

Ao meu amado Luciano, parceiro de vida, de projetos e de estudo, que me apresentou as primeiras leituras sobre autismo, minha gratidão. Você sempre me acalmou e incentivou e ainda me presenteou com o Gabriel, meu enteado, com quem aprendo todos os dias a lidar com o transtorno do espectro autista, me sensibilizou, me fez compreender tantas coisas e me instiga a querer saber mais.

Agradeço a Unioeste, universidade na qual fiz minha graduação, pós graduação latu senso e agora este curso de mestrado. Uma instituição pública, que permitiu a uma menina simples estudar e se tornar professora, que oferece educação gratuita e de qualidade. A cada professor que me acompanhou neste trajeto de aluna à pesquisadora, eterna gratidão.

Ao meu querido orientador Dr. Valdecir Soligo, que me ajudou a trilhar o caminho da pesquisa, que foi fundamental na escolha e delimitação do tema, que me deu liberdade de pesquisar e construir um trabalho relevante, meu muito obrigada.

A professora Dr. Juliana F. Serraglio Pasini pela imensa contribuição nesta pesquisa, pela forma minuciosa como analisou este texto, minha gratidão. Ao professor Dr. Adrian Alvares Estrada, presente na primeira aula do meu mestrado e agora me auxiliando a encerrar este ciclo, gratidão.

Aos amigos e colegas da Escola João da Costa Viana, que foram fundamentais da construção desta pesquisa, serviços gerais, merendeiras, estagiários, secretários, professores, coordenadoras pedagógicas... Vocês são maravilhosos e me ajudam todos os dias a enfrentar os desafios nesta jornada de ser professora. Os mais antigos ajudaram a me constituir como a professora que sou hoje, já os jovens, continuam me ensinando que é necessário continuar estudando, evoluindo e melhorando, pois o objetivo da escola é oferecer educação pública de qualidade e inclusiva.

Agradeço à Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu, que abriu as portas para esta pesquisa.

À Inês, irmã do coração, pela ajuda na pesquisa, você foi uma inspiração para minha entrada no curso de mestrado. À Salete, parceira de projeto, que abraçou a causa do atendimento dos alunos autistas e que incansável em desenvolver o melhor trabalho.

Agradeço a minha querida amiga Gilma, melhor amiga desde a 4º série primária, na década de 80; à Eliane Périco, amiga da faculdade que ficou para a vida, os anos passaram e continuamos inseparáveis; à Catia, irmã do coração; vocês sempre me apoiaram e colaboraram com palavras de incentivo, vibrando comigo a cada vitória.

A todos que me apoiaram e de alguma forma contribuíram para este trabalho, minha gratidão.

“Encorajai-vos a renovar vossa paixão pelo homem- não se pode ensinar sem paixão! - no seu processo de formação, e a ser testemunhas de vida e de esperança. Nunca, nunca fecheis as portas; ao contrário, escancarai-as todas, a fim de que os estudantes tenham esperança!”
(Papa Francisco, 2015)

SANTOS, J. P dos. **POSSIBILIDADES E LIMITES NO ATENDIMENTO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA DO 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ESCOLA FRONTEIRIÇA.** 99 f. Dissertação de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Valdecir Soligo. Foz do Iguaçu, 2025.

RESUMO

O aumento expressivo no número de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem impactado significativamente o cenário educacional, exigindo uma revisão das práticas pedagógicas convencionais. Este fenômeno, observado tanto em Foz do Iguaçu quanto em outras regiões do país, desafia educadores e instituições a desenvolverem estratégias pedagógicas inclusivas que valorizem a diversidade de perfis de aprendizagem. Neste trabalho serão discutidas políticas e legislações voltadas para a educação inclusiva, com foco no atendimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Brasil, Paraná e no município de Foz do Iguaçu, evidenciando a importância de um arcabouço legal robusto para garantir a inclusão educacional desses alunos e destacando a necessidade de políticas públicas eficazes, formação contínua de educadores e colaboração entre setores para promover um ambiente educacional inclusivo e de qualidade. Os estudos pioneiros formaram a base para o que conhecemos sobre o autismo e foram fundamentais na identificação e descrição do transtorno, destacando características como o isolamento social e interesses restritos, enquanto que estudos mais atuais, levaram à definição atual como um espectro, reconhecido no DSM-5. O TEA afeta significativamente a experiência escolar, com déficits na reciprocidade social, comunicação não verbal e compreensão de relacionamentos, impactando o desenvolvimento acadêmico e social. A compreensão das características do transtorno é essencial para criar um ambiente escolar inclusivo, onde intervenções específicas e suporte individualizado promovam o bem-estar e o sucesso acadêmico dos alunos. Foi realizada uma pesquisa na Escola João da Costa Viana, com professores de diversas áreas, buscando identificar as possibilidades e limites no atendimento de alunos autistas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. O objetivo da pesquisa é captar a percepção do professor que atende ao aluno autista, para identificando as limitações no processo de atendimento pedagógico a esses alunos, bem como as condições de trabalho e as ações já desenvolvidas. A pesquisa busca evidenciar a complexidade do atendimento educacional de alunos autistas e a necessidade de um esforço conjunto para superar os desafios, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz.

Palavras chave: Transtorno do Espectro Autista; Escola; Professor; Possibilidades; Limites.

SANTOS, Janaina Proensa dos. **POSSIBILITIES AND LIMITATIONS IN SERVING STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER FROM 1ST TO 5TH GRADE OF ELEMENTARY SCHOOL: A BORDER SCHOOL.** 99 f. Dissertation of Master in Society, Culture and Frontiers - State University of Western Paraná. Supervisor: Valdecir Soligo. Foz do Iguaçu, 2025.

ABSTRACT

The significant increase in the number of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD) has significantly impacted the educational scenario, requiring a review of conventional pedagogical practices. This phenomenon, observed both in Foz do Iguaçu and in other regions of the country, challenges educators and institutions to develop inclusive pedagogical strategies that value the diversity of learning profiles. This paper will discuss policies and legislation aimed at inclusive education, with a focus on serving students with Autism Spectrum Disorder in Brazil, Paraná and the city of Foz do Iguaçu, highlighting the importance of a robust legal framework to guarantee the educational inclusion of these students and highlighting the need for effective public policies, continuous training of educators and collaboration between sectors to promote an inclusive and quality educational environment. Pioneering studies formed the basis for what we know about autism and were fundamental in identifying and describing the disorder, highlighting characteristics such as social isolation and restricted interests, while more recent studies led to the current definition as a spectrum, recognized in the DSM-5. ASD significantly affects the school experience, with deficits in social reciprocity, nonverbal communication, and understanding of relationships, impacting academic and social development. Understanding the characteristics of the disorder is essential to create an inclusive school environment, where specific interventions and individualized support promote students' well-being and academic success. A survey was conducted at the João da Costa Viana School, with teachers from different areas, seeking to identify the possibilities and limits in serving autistic students from the 1st to 5th grade of Elementary School. The objective of the survey is to capture the perception of the teacher who works with autistic students, in order to identify the limitations in the process of pedagogical service to these students, as well as the working conditions and actions already developed. The survey seeks to highlight the complexity of educational service for autistic students and the need for a joint effort to overcome the challenges, promoting a more inclusive and effective learning environment.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; School; Teacher; Possibilities; Limits.

SANTOS, Janaina Proensa dos. **POSIBILIDADES Y LÍMITES EN LA ATENCIÓN AL ALUMNO CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA DESDE EL 1.º AL 5.º AÑO DE PRIMARIA: UNA ESCUELA DE FRONTISPIECE**. 99 f. Dissertación de Maestría en Sociedad, Cultura y Fronteras - Universidad del Estado del Oeste del Paraná. Líder: Valdecir Soligo. Foz do Iguaçu, 2025.

RESUMEN

El aumento significativo del número de niños diagnosticados con Trastorno del Espectro Autista (TEA) ha impactado significativamente el escenario educativo, requiriendo una revisión de las prácticas pedagógicas convencionales. Este fenómeno, observado tanto en Foz do Iguaçu como en otras regiones del país, desafía a educadores e instituciones a desarrollar estrategias pedagógicas inclusivas que valoren la diversidad de perfiles de aprendizaje. Este artículo discutirá las políticas y la legislación dirigidas a la educación inclusiva, con foco en la atención a estudiantes con Trastorno del Espectro Autista en Brasil, Paraná y la ciudad de Foz do Iguaçu, destacando la importancia de un marco legal robusto para garantizar la inclusión educativa de estos estudiantes y destacando la necesidad de políticas públicas efectivas, formación continua de educadores y colaboración entre sectores para promover un ambiente educativo inclusivo y de calidad. Estudios pioneros formaron la base de lo que sabemos sobre el autismo y fueron fundamentales para identificar y describir el trastorno, destacando características como el aislamiento social y los intereses restringidos, mientras que estudios más recientes llevaron a la definición actual como espectro, reconocida en el DSM-5. El TEA afecta significativamente la experiencia escolar, con déficits en la reciprocidad social, la comunicación no verbal y la comprensión de las relaciones, lo que impacta el desarrollo académico y social. Comprender las características del trastorno es esencial para crear un entorno escolar inclusivo donde intervenciones específicas y apoyo individualizado promuevan el bienestar y el éxito académico de los estudiantes. Se realizó una encuesta en la Escuela João da Costa Viana, con profesores de diferentes áreas, buscando identificar las posibilidades y límites en la atención a alumnos autistas del 1º al 5º año de la Enseñanza Primaria. El objetivo de la investigación es captar la percepción del docente que trabaja con estudiantes autistas, identificar las limitaciones en el proceso de apoyo pedagógico a estos estudiantes, así como las condiciones de trabajo y acciones ya desarrolladas. La investigación busca resaltar la complejidad del apoyo educativo al alumnado autista y la necesidad de un esfuerzo conjunto para superar los desafíos, promoviendo un ambiente de aprendizaje más inclusivo y efectivo.

Palabras clave: Trastorno del espectro autista; Escuela; Maestro; Posibilidades; Límites.

LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

AMA- Associação amigos do autisma

APA- American Psychiatric Association (Associação Americana de Psiquiatria)

CACS- Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb

CAE- Conselho Municipal de Alimentação Escolar

CEB- Centro Escola Bairro

CIPTEA- Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

CMEI- Centro Municipal de Educação Infantil

CMTE- Comitê Municipal de Transporte Escolar

CNE- Conselho Nacional de Educação

DEDU- Diretoria de Educação

DNA- Deoxyribonucleic acid (Ácido Desoxirribonucleico)

DSM- Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais)

FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento

LDB- Leis de Diretrizes e Bases

MEC- Ministério da Educação e Cultura

PME- Plano Municipal de Educação de Foz do Iguaçu

PPP- Projeto Político Pedagógico

SEED- Secretaria o Estado da Educação do Paraná

SERE- Sistema Estadual de Registro Escolar

SMED- Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu

SUED- Superintendência da Educação do Paraná

SUS- Sistema Único de Saúde

TEA- transtorno do espectro autista

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de alunos com transtorno do Espectro Autista..... 53
Tabela 2: Número de alunos de 2023 a 2025 Escola João da Costa Viana..... 58
Tabela 3: Frequência nas respostas da 1ª pergunta do Bloco III..... 73
Tabela 4: Frequência de palavras ou expressões da 2ª questão do bloco III.....77
Tabela 5: Frequência de palavras ou expressões da 3ª questão do bloco III..... 79
Tabela 6: Advérbios que aparecem junto às palavras “importante” ou “importância”..... 80

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Tríplice fronteira: Brasil, Paraguai e Argentina..... 51
Figura 2: Fachada da entrada da escola..... 54
Figura 3: Atividade realizada em um dos pátios internos..... 54
Figura 4: Festa de 50 anos da escola..... 55
Figura 5: Alunos e professores na quadra do CEB..... 56
Figura 6: Evento para a comunidade..... 56
Figura 7: Quadras externas CEB.....57

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 16
2. AUTISMO: HISTÓRIA, CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO 21
2.1. Breve histórico sobre o Tea 21
2.2. Transtorno do Espectro Autista e a escola..... 26
3. MARCOS LEGAIS: DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ÀS LEIS SOBRE AUTISMO 29
3.1. Legislações no âmbito nacional.....29
3.2. Legislação do Estado do Paraná..... 40
3.3. Legislação do Município de Foz do Iguaçu..... 44
4. ESCOLA JOÃO DA COSTA VIANA: UMA ESCOLA FRONTEIRIÇA 47
4.1. A função social da escola numa perspectiva de educação inclusiva.....47
4.2. Foz do Iguaçu, cidade de tríplice fronteira ..... .51
4.3. A. Escola João da Costa Viana e a organização do Sistema Municipal de Ensino..... 52
4.4. Uma escola fronteiriça 54
5. PERCURSO METODOLÓGICO E RESULTADOS DA PESQUISA 61
5.1. Metodologia..... 61
5.2. Questionário da pesquisa 63
5.3. Resultados da pesquisa: Blocos I e II 64
5.4. Resultado da pesquisa: Bloco III questões abertas 71
5.5. Conclusões a respeito das possibilidades e limites no atendimento dos aluno Tea.....82
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 88
ANEXOS..... 93

1. INTRODUÇÃO

O sistema municipal de ensino e principalmente os professores têm sentido claramente os impactos do aumento do número de crianças diagnosticadas com Tea-Transtorno do Espectro Autista, o que tem exigido modificações na forma de organização do ensino e do trabalho pedagógico, refletindo de maneira significativa no sistema educacional. Existe uma necessidade crescente de profissionais que auxiliem no atendimento desta demanda e as dificuldades encontradas pela equipe escolar em atender estes alunos, fazem com que seja necessária a reavaliação das práticas pedagógicas tradicionais, impulsionando adaptações substanciais nas salas de aula para acomodar as diversas necessidades desses alunos. Não é uma situação exclusiva do município de Foz do Iguaçu, mas uma realidade em todo o país. Educadores e instituições de ensino são desafiados a desenvolver e implementar estratégias pedagógicas inclusivas que não apenas reconheçam, mas também valorizem a diversidade de perfis de aprendizagem presentes no espectro autista. Isso implica na adoção de abordagens de ensino diferenciadas e personalizadas, que levem em consideração as particularidades de cada aluno. A fim de regulamentar os atendimentos pedagógicos, nos últimos anos surgiram novas leis, decretos e normativas, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Faz-se primordial um profundo debate sobre a função da escola e o papel do professor. É indiscutível a necessidade de busca por conhecimento para melhor atender aos alunos. A formação contínua de professores é essencial para capacitá-los a desenvolver um trabalho pedagógico que considere a diversidade de necessidades educacionais, contribuindo para que estejam preparados para oferecer suporte adequado e promover o desenvolvimento integral dos alunos. Essa situação reflete os desafios complexos da educação inclusiva, onde os educadores precisam adaptar suas abordagens pedagógicas para atender às diversas necessidades de seus alunos.

O transtorno do espectro autista apresenta uma ampla gama de características e níveis de suporte necessários, o que pode aumentar a sensação de insegurança entre os professores sobre quais estratégias utilizar para facilitar a aprendizagem e a integração social desses estudantes que já estão incluídos na escola. Isso destaca a importância de oferecer formação contínua e recursos adequados aos educadores, capacitando-os a criar ambientes de aprendizagem inclusivos e eficazes.

Entre os objetivos deste trabalho, destaca-se a análise do Transtorno do Espectro Autista (TEA) sob a perspectiva dos educadores, aqueles que interagem diariamente com as crianças, acolhendo-as e desenvolvendo um trabalho pedagógico contínuo. Este estudo busca refletir sobre o atendimento desses alunos nas salas de aula, enfatizando a importância de dar voz aos professores. A intenção é permitir que eles expressem as dificuldades enfrentadas, as possibilidades identificadas e os fatores que influenciam suas práticas pedagógicas no contexto do ensino de alunos com TEA.

O objetivo principal deste trabalho é tratar sobre as dificuldades reais enfrentadas pelos educadores ao atender alunos com Tea, a essas dificuldades daremos o nome de "limites"; também é objetivo deste trabalho falar sobre as práticas possíveis e que tem efeito direto no desenvolvimento destes alunos, ao que daremos o nome de "possibilidades". Para compreender esses limites e possibilidades, foi realizada uma pesquisa com professores, visando captar sua perspectiva através das experiências práticas de sala de aula, do chão da escola, considerando o que é possível e ao que ainda se apresenta como desafio.

No cenário atual do sistema de ensino de Foz do Iguaçu, o Tea é um transtorno que chama a atenção pelo aumento significativo do número de diagnósticos, sendo o transtorno com maior incidência entre os alunos do primeiro seguimento do Ensino Fundamental no município. Por não ser uma condição única, mas um espectro com manifestações variadas que requerem abordagens personalizadas para intervenção, além dos níveis de suporte necessários, que variam de leve a intenso, a complexidade que envolve o atendimento dessas crianças perpassa os aspectos pedagógicos, chegando às outras esferas como saúde, política e economia. A saúde desempenha um papel crucial no diagnóstico e no acesso ao tratamento para as crianças, enquanto as políticas públicas são responsáveis por regulamentar e normatizar esses processos. A economia, por sua vez, influencia diretamente a implementação dessas políticas, determinando se elas serão efetivamente colocadas em prática. Essa rede complexa de fatores tem um impacto direto e significativo no trabalho diário realizado nas salas de aula.

Com a implementação das diretrizes educacionais levando em consideração A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional, a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o Decreto Federal n.º8.368, de 02/12/2014, que regulamenta a Lei 12.764 de 27/12/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa

com Transtorno do Espectro Autista, a Lei Municipal 4.698/2019, que institui a Política Municipal de Proteção aos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e demais disposições legais no que tangem às pessoas com deficiência, é urgente a preparação dos profissionais da educação para uma educação verdadeiramente inclusiva. No entanto, a inclusão não é só dever da escola, o estado deve dar condições para que de fato ela aconteça.

Os alunos autistas, assim como os demais que tem algum transtorno e/ou deficiência, necessitam de adaptação e flexibilização; à escola e ao professor cabem buscar a melhor forma de atendê-los, mas para que isso aconteça, existe uma série de fatores que não dependem exclusivamente da escola, ou da boa vontade, esforço e qualificação do professor. Nesse caso é importante atentar ao que está interferindo positiva ou negativamente no processo de ensino aprendizagem, verificando as possibilidades e deficiências no processo, pois muitas são as problemáticas em torno do atendimento dos alunos com Tea.

Este estudo tem como objetivo refletir sobre a inclusão de crianças autistas no município de Foz do Iguaçu, destacando a perspectiva daqueles que, após a família, mais interagem com essas crianças: os professores. A pesquisa busca captar o ponto de vista desses profissionais, compreendendo as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão escolar de alunos autistas, bem como identificar o que é possível realizar para promover seu desenvolvimento acadêmico e geral. Os professores, que trabalham diariamente e diretamente com alunos com TEA por no mínimo quatro horas diárias, possuem a experiência necessárias para identificar as principais possibilidades e desafios enfrentados no cotidiano com essas crianças. Este trabalho visa dar voz aos educadores, permitindo que expressem até que ponto a escola pode avançar, quais processos precisam ser implementados além das práticas pedagógicas para que a inclusão se concretize, e se existem fatores externos que influenciam o ensino e a aprendizagem. Além disso, busca-se identificar as práticas já adotadas pela escola que têm se mostrado eficazes, contribuindo para a aprendizagem e melhoria das condições das crianças autistas.

Para tanto, além da revisão bibliográfica, foi realizado um estudo de campo na Escola Municipal João da Costa Viana, a maior do município, que segundo dados da Secretaria Municipal da Educação, concentra número considerável de alunos diagnosticados com Tea e o maior quadro de professores da cidade, o que torna o estabelecimento um excelente campo de estudo.

O primeiro capítulo será dedicado ao transtorno, características, etiologia e as contribuições dos pesquisadores do passado e do presente. Há quase um século pesquisadores se dedicam a estudar o transtorno ao qual hoje chamamos de Transtorno do Espectro Autista. Mesmo que com outras nomenclaturas e em outras épocas, estudiosos conseguiram mapear alguns padrões de comportamento, destacando principalmente o isolamento e a dificuldades nas relações sociais como principais sintomas. Ainda há muito que saber e com certeza a ciência tem muito a avançar em termos de conhecimento sobre o autismo, no entanto, nomes como Aspenger, Kanner, Wing, Ritter entre outros, foram precursores no estudo do autismo e fundamentais para criar a base científica sobre o Tea.

O segundo capítulo trata sobre o caminho traçado na legislação, da constituição de 88 até o presente momento, no qual já há leis e normativas exclusivas para autistas nas esferas federal, estadual e municipal. Considerando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e outras legislações como a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, as políticas estaduais e municipais que deixam claro o dever do estado em relação à inclusão. É eminente a necessidade de adaptação do sistema educacional, a fim de que seja garantido não apenas a presença física dos alunos laudados com Transtorno do Espectro Autista na escola, mas que neste processo haja respeito às diferenças, equidade de oportunidades e direitos e principalmente, qualidade no processo de ensino e aprendizagem, não esquecendo que é primordial a oferta dos recursos e todo tipo de suporte, a fim de que o ambiente escolar seja realmente adaptado, garantindo assim que o aluno se desenvolva acadêmica, física, psíquica e emocionalmente.

No terceiro capítulo, trataremos sobre a função da escola e realizaremos um passeio na história da Escola Municipal João da Costa Viana, instituição com mais de 50 anos de existência. A escola, localizada no Município de Foz do Iguaçu, cidade de tríplice fronteira, com aspectos relevantes a serem considerados como o grande número de etnias, crescimento da população em virtude da construção da Itaipu Binacional e o transporte de mercadorias oriundas do Paraguai, que consequentemente fez com que em poucos anos a escola perdesse o perfil inicial de rural e se tornasse um grande estabelecimento de ensino, hoje maior da cidade. Para tanto, o Projeto Político Pedagógico da instituição será consultado, pois é um documento primordial para o entendimento da comunidade escolar.

O quarto capítulo trata sobre a metodologia utilizada na realização deste trabalho. Além de extensa revisão bibliográfica com consulta a livros, artigos, teses e dissertações

sobre o tema, foi primordial a análise da legislação, pois as políticas públicas refletem diretamente no trabalho pedagógico que acontece na sala de aula. As pautas com tema autismo são das mais debatidas na atualmente, existem leis e normativas regulamentando o atendimento em nível federal, estadual e municipal.

A pesquisa de campo em que professores, coordenadores pedagógicos, diretor e membros da secretaria municipal de educação responderam um questionário composto de blocos com questões de múltipla escolha relativas a formação profissional e também sobre a perspectiva destes profissionais em relação ao atendimentos dos alunos com laudo de Transtorno do Espectro Autista, além de questões abertas, através das quais terão oportunidade de contribuir com suas percepções em relação ao atendimentos dos alunos Tea, as possibilidades e os desafios que envolvem tais atendimentos. O método utilizado para análise dos dados coletados na pesquisa será o de Bardin, que consiste em pré-análise, exploração dos matérias e o tratamento dos resultados. Uma das metodologias mais influentes na análise de dados qualitativos é a análise de conteúdo, conforme sistematizada por Laurence Bardin (2011). O método de Bardin oferece um conjunto estruturado de procedimentos para a análise de dados textuais, permitindo que os pesquisadores identifiquem categorias, temas e padrões emergentes a partir das narrativas dos participantes. A análise de conteúdo de Bardin é amplamente utilizada para interpretar dados de entrevistas, questionários abertos, documentos e outras fontes textuais, proporcionando uma compreensão rica e contextualizada dos dados.

Este trabalho tem como objetivo captar a percepção dos professores, que são os profissionais que passam mais tempo com a criança autista após a família, para que possam identificar as limitações no processo de atendimento pedagógico a esses alunos, bem como as condições de trabalho e as ações já desenvolvidas. O professor, estando diariamente em sala de aula, desempenha um papel crucial ao realizar intervenções e buscar promover a evolução na trajetória educacional de cada aluno. Sua contribuição é fundamental para a melhoria da educação na rede municipal, oferecendo dados valiosos sobre práticas eficazes e áreas que necessitam de aprimoramento.

2. AUTISMO: HISTÓRIA, CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO

2.1. Breve histórico sobre o Tea

Autismo ou TEA (transtorno do espectro autista**)** é um transtorno do neurodesenvolvimento que tem sido bastante discutido na área da educação, isso se deve ao fato de muitos casos estarem surgindo e o número de crianças diagnosticadas nas salas de aula estar aumentando a cada ano. Isso tem feito com que os professores necessitem de maior formação e toda a estrutura de ensino se adapte para que os alunos sejam atendidos.

Trata-se de um transtorno pesquisado há mais de 80 anos, relatado nas pesquisas e artigos de diversos pesquisadores. Dentre os precursores do estudo, estão Leo Kanner e Hans Aspenger, pois foram os primeiros a identificar e escrever sobre autismo, mesmo que num contexto até de nomenclatura diferente do de hoje, pode-se dizer que eles pesquisaram sobre autismo.

Leo Kanner, em 1943, com a publicação do artigo *Os transtornos autísticos do contato afetivo*, fez a primeira tentativa de definição do transtorno, ressaltando o sintoma fundamental, "o isolamento autístico" e sugerindo que era um distúrbio inato (Leboyer, p.9, 2009). Apontando a dificuldade de relacionamento com as pessoas em várias situações, sobretudo as sociais (Defendi, p. 9, 2016). Kanner lançou as bases para a noção atual que temos sobre Tea (Couto, p. 29, 2021).

A pesquisa de Kanner descreveu comportamentos que se referiam, sobretudo às dificuldades que essas crianças apresentavam em estabelecer interações sociais e afetivas, um dos aspectos centrais do que hoje chamamos de Transtorno do Espectro Autista. Ele notou um padrão consistente de isolamento social, concluindo que a dificuldade de se conectar emocionalmente com outras pessoas era uma característica primordial do autismo, pois as crianças pesquisadas demonstravam certa incapacidade de estabelecer vínculos afetivos com seus pais ou pessoas próximas, preferindo estar sós, mesmo quando o contato social seria o mais esperado naturalmente, ao que ele chamou de " o isolamento autístico", ressaltando a noção de afastamento social (Leboyer, p.9, 2009).

Segundo Kanner (1943, p.20 apud Coll et al., 2004, p. 235):

> Desde o início há uma extrema solidão autista, algo que na medida do possível desconsidera, ignora ou impede a entrado de tudo o que chega á criança de fora. O contato físico direto e os movimentos ou ruídos que ameaçam romper a solidão são tratados como se não estivessem ali, ou,

> não bastasse isso, são sentidos dolorosamente como uma interferência penosa.

O estudo de Kanner destacava como caraterísticas do transtorno, além das dificuldades nas relações sociais, deficiências e alterações na comunicação e a inflexibilidade, a adoção de rotinas rígidas (Coll, 2004, p. 235).

Hans Asperger, psiquiatra austríaco, em 1944, expôs quadros clínicos no contato afetivo", mas devido a língua utilizada na publicação do trabalho, o alémão e ao período histórico de guerra, não teve muita repercussão na época (Abrão e Marfinati, p. 256, 2013). No entanto, segundo a associação Autismo e realidade, Aspenger

> foi o primeiro a apontar a prevalência maior do autismo em meninos, que apresentavam falta de empatia, interesses restritos e uma forma peculiar de conversar, usando palavras incomuns para a idade. Ele costumava chamar seus pacientes de "pequenos professores", por causa da habilidade de falar sobre um tema de forma muito detalhada. Ao contrário dos casos estudados por Kanner, as crianças atendidas por Asperger não apresentavam atrasos do desenvolvimento da linguagem ou retardo mental, e seus sintomas não eram aparentes até os três anos de idade. Apesar do papel pioneiro, o artigo A psicopatia autista na infância de Asperger não recebeu a devida atenção à época. O estudo foi publicado em alemão durante a Segunda Guerra Mundial, e apenas na década de 1980 o seu trabalho seria reconhecido (Autismo e realidade, 2023).

As pesquisas de Aspenger foram primordiais para a compreensão de autismo que temos hoje e continua a ser amplamente reconhecida. O transtorno inclusive já recebeu o nome de "Síndrome de Asperger", pois foi o pesquisador quem mostrou uma visão única sobre um grupo de crianças que apresentava dificuldades em interações sociais, mas, ao mesmo tempo, demonstrava habilidades cognitivas impressionantes, como habilidades verbais sofisticadas e um alto nível de interesse por tópicos específicos, muitas vezes de natureza técnica ou científica. Bosa destaca que o termo "autismo", utilizado tanto por Kanner, quanto por Aspenger, foi utilizado para destacar que o comportamento social perpassa o isolamento físico, mas que caracteriza-se pela dificuldade em ter contato afetivo de maneira espontânea e recíproca (Bosa, p. 26, 2002).

> Autismo é uma palavra de origem grega (autós), que significa por si mesmo. É um termo usado, dentro da psiquiatria, para denominar comportamentos humanos que se centralizam em si mesmos, voltados para o próprio indivíduo (Orrú, p.17, 2012).

O termo foi utilizado por Bleuler em 1911, na monografia *Dementia praecox oder Gruppe der Schizophrenien*, ainda ligado ao contexto da esquizofrenia. Posteriormente foi utilizado Kanner para descrever o quadro caracterizado por isolamento, obsessão e ecolalia; e ainda utilizado por Aspenger, para descrever casos de indivíduos com problemas de adaptação ao ambiente e nas relações sociais (Couto, p.29, 2021).

Existem outros pesquisadores que se destacaram pelos estudos relacionados ao autismo. O psiquiatra Michael Rutter ocupa um papel de destaque por realizar pesquisas tanto de viés biológico, como análises de DNA e de exames de imagem, quanto do social, com avaliação da influência das famílias e das escolas no desenvolvimento infantil (Autismo e realidade, 2023).

Lima destaca que Rutter realizou uma revisão dos diversos modelos causais do autismo propostos na literatura e que dentre as hipóteses mais plausíveis "incluíam o autismo como anormalidade neurológica ou síndrome de dano cerebral, como distúrbio do desenvolvimento e, principalmente, como distúrbio cognitivo ou da linguagem" (Lima, 2014, p.121); e ainda, "Para Rutter, a análise dos prejuízos sociais típicos do autismo seria a chave para a identificação dos déficits cognitivos subjacentes, que se ligariam às percepções que carregavam sentido emocional ou social" (Lima, 2014, p.124).

Este renomado psiquiatra infantil britânico, trouxe contribuições pioneiras no campo do autismo e da psiquiatria infantil. Rutter foi o primeiro a demonstrar que o autismo tem uma base biológica e genética, desafiando a visão predominante na época de que era causado por fatores emocionais ou ambientais. Ele desenvolveu métodos de diagnóstico e avaliação que ajudaram a diferenciar o autismo de outras condições de desenvolvimento. Além disso, Rutter conduziu estudos longitudinais que examinaram o impacto de fatores ambientais, como a privação social, no desenvolvimento infantil. Seu trabalho influenciou significativamente a compreensão e o tratamento do autismo, promovendo abordagens mais científicas e baseadas em evidências para o diagnóstico e intervenção.

As contribuições de Lorna Wing na década de 80, definindo o autismo como espectro, que apresenta comprometimentos em três domínios: comunicação, sociabilização e a imaginação, ao que ela deu o nome de tríade (Coelho, p.3, 2016) foram tão importantes que foi adotada na definição do DSM-5. Para Lima, Wing

> defendeu que a síndrome de Asperger compartilhava com o autismo a mesma tríade sintomática: ausência ou limitações na

> interação social recíproca; ausência ou limitações no uso da linguagem verbal e/ou não verbal; e ausência ou limitações das atividades imaginativas, que deixavam de ser flexíveis para se tornarem estereotipadas e repetitivas (Lima, 2014, p.124)

A Associação Americana de Psiquiatria ou APA (American Psichiatric Association), em sua última publicação DSM-5 – Manual Diagnóstico e estatístico de Transtornos Mentais, traz a denominação "Transtorno do Espectro Autista" para os indivíduos que apresentam déficits na comunicação social, tendo três níveis de gravidade, variando de 1 a 3. Em relação à gravidade, o nível 1 se refere a indivíduos que exigem apoio, o nível 2 a indivíduos que exigem muito apoio e o nível 3 àqueles que exigem apoio muito substancial (DSM-5, p.58, 2023).

No Brasil a AMA- Associação de Amigos do Autista, primeira instituição de autistas no país, traz a definição de acordo com OMS de abril de 2017 como "Transtorno do espectro do autismo", caracterizando o grupo por algum grau de alteração do comportamento social, comunicação e linguagem, e por um repertório restrito, estereotipado e repetitivo de interesses e atividades (AMA, 2023).

Segundo o Ministério da Saúde o TEA é caracterizado pela alteração das funções do neurodesenvolvimento do indivíduo, interferindo na capacidade de comunicação, linguagem, interação social e comportamento. E com o diagnóstico precoce é possível o desenvolvimento de estímulos para independência e qualidade de vida das crianças (Brasil, 2023).

> O TEA é um distúrbio caracterizado pela alteração das funções do neurodesenvolvimento, que podem englobar alterações qualitativas e quantitativas da comunicação, seja na linguagem verbal ou não verbal, na interação social e do comportamento, como: ações repetitivas, hiperfoco para objetos específicos e restrição de interesses. Dentro do espectro são identificados graus que podem ser leves e com total independência, apresentando discretas dificuldades de adaptação, até níveis de total dependência para atividades cotidianas ao longo de toda a vida (Brasil, 2023).

Para tratar desse assunto deve haver uma profunda compreensão de que não há apenas um ponto de vista, mas sim uma série de opiniões e ações de profissionais, todos buscando entender e melhor atender os que sofrem do transtorno. Temos o ponto de vista médico, da psicologia, da educação, do direito e tantas outras áreas.

A etiologia do TEA não é claramente conhecida, no entanto, evidências científicas revelam não haver causa única, mas sim a interação de fatores genéticos e ambientais (Paraná, 2023).

> O TEA afeta o comportamento da criança. Os primeiros sinais podem ser notados em bebês nos primeiros meses de vida. No geral, uma criança com transtorno do espectro autista pode apresentar os seguintes sinais:
> * Dificuldade para interagir socialmente, como manter o contato visual, identificar expressões faciais e compreender gestos comunicativos, expressar as próprias emoções e fazer amigos
> * Dificuldade na comunicação, caracterizado por uso repetitivo da linguagem e dificuldade para iniciar e manter um diálogo
> * Alterações comportamentais, como manias, apego excessivo a rotinas, ações repetitivas, interesse intenso em coisas específicas e dificuldade de imaginação (Paraná, 2023).

Leboyer aponta para alguns modelos etiológicos: o psicodinâmico, o genético, o orgânico, ressaltando a heterogeneidade clínica e propondo uma questão: terá o autismo uma etiologia específica? (Leboyer, 2002, p. 61). Os sintomas e hipóteses são tantos, que apesar dos avanços dos estudos e da ciência, ainda não foi possível responder a esta questão.

Atualmente existem muitos estudos sobre o Tea e com certeza é uma área que ainda precisa ser mais explorada. Ainda há muito que se saber sobre o transtorno e sobre o manejo com crianças autistas.

Prizant propõe uma nova forma de olhar o autista, afirmando que tais sujeitos tem "um jeito diferente de ser humano" e que a melhor forma de ajudar é trabalhar para compreender como essa pessoa funciona.

> As pessoas que se enquadram no espectro do autismo são anormalmente vulneráveis aos desafios emocionais e psicológicos do cotidiano, sobretudo em razão das diferenças neurológicas no modo como funcionam as ligações de seu cérebro. Por isso, suas sensações de desconforto, ansiedade e confusão são maiores do que para as outras pessoas. Elas também têm mais dificuldade para aprender a lidar com esses desafios e sensações (Prizant e Meyer, 2023, p. 35).

Cada criança com TEA é única e a forma como essa criança é atendida também deve ser individualizada. No contexto escolar, muitos foram os avanços, é exemplo disso o direito de todas as crianças, independentemente de terem ou não alguma deficiência ou transtorno, estarem incluídas em salas regulares, recebendo atendimento de acordo com suas especificidades. Mas vale ressaltar que apesar das conquistas asseguradas pela lei, as necessidades das crianças autistas vão além do que a escola pode oferecer. Necessitam de tratamento médico e terapias, acompanhamento da família e principalmente o cumprimento efetivo de todas as leis que garantem seus direitos.

> É de grande importância que a sociedade em geral, principalmente a escola e a área da saúde, conheça o autismo, uma vez que se observa cada vez mais a presença de pessoas com autismo nos mais diversos espaços. No que diz à escola, é primordial preparar o professor, pois esse conhecimento é fundamental para nortear ações inclusivas e auxiliar na construção de caminhos para uma sociedade mais justa (Santos e Amorim, 2021, p.5).

O aumento dos diagnósticos de autismo e a entrada dessas crianças nas escolas nos colocam diante de um cenário onde é fundamental um maior entendimento em relação ao transtorno, pois já é realidade o atendimento desses alunos nas redes de ensino.

> Nos anos recentes, houve avanços significativos nas investigações sobre o TEA, levando a uma melhor compreensão da sociedade e profissionais, bem como o desenvolvimento de novas terapias e abordagens de tratamento. Atualmente, a intervenção em crianças é realizada principalmente pela terapia comportamental, terapia ocupacional, fonoaudiologia e medicamentos (Munaretti, 2023, p.18).

Faz-se necessário um repensar da educação, pois estamos diante de um novo quadro, que eu ousaria dizer, que jamais foi visto antes, tanto pela quantidade de diagnósticos, quanto pela complexidade do transtorno. O município de Foz do Iguaçu realizou nos últimos anos vários cursos de formação continuada para os profissionais da educação, no entanto, ainda há dificuldades no atendimento dos alunos Tea.

2.2. Transtorno do Espectro Autista e a escola

As características apresentadas pelos alunos diagnosticados com tea interferem na forma como a criança se desenvolve, se relaciona e consequentemente, no seu processo de ensino aprendizagem. Segundo o DSM-5, dificuldades extremas para planejar, organizar e enfrentar a mudança causam impacto negativo no sucesso acadêmico (2023, p.65).

Os déficits associados ao Transtorno do Espectro Autista podem ter um impacto significativo na experiência escolar de uma criança. Vamos explorar como cada um desses déficits e características podem influenciar o aluno no ambiente escolar:

- Dificuldades na reciprocidade social ou emocional:

Crianças com Tea podem ter dificuldades em iniciar ou responder a interações sociais de maneira típica. Isso pode se manifestar como uma falta de interesse em compartilhar experiências ou emoções com os colegas, ou dificuldade em participar de jogos e atividades em grupo, em formar amizades e participar de atividades colaborativas, o que pode resultar em isolamento social ou mal-entendidos com os colegas.

- Deficiências nos comportamentos de comunicação não verbal usados para interação social:

O aluno TEA pode ter dificuldades em usar ou interpretar gestos, expressões faciais, contato visual e outras formas de comunicação não verbal, o que dificulta a

compreensão das intenções e emoções dos outros, bem como a transmissão de suas próprias necessidades e sentimentos, pode ser necessário suporte adicional para ajudar a criança a interpretar e usar pistas não verbais.

- Dificuldades em desenvolver, manter e compreender relacionamentos:

É desafiador para um aluno TEA entender as normas sociais que regem as amizades e outros tipos de relacionamentos. Elas podem ter dificuldade em adaptar seu comportamento a diferentes contextos sociais ou em compreender as expectativas sociais dos colegas, o que dificulta a integração em grupos, participação de atividades sociais e manutenção de amizades. Esta falta de compreensão das dinâmicas sociais pode levar a sentimentos de frustração ou exclusão.

> Contudo, precisa-se identificar o grau em que esse transtorno se compromete diante o desenvolvimento da interação social, da comunicação verbal e não verbal e restrição de atividades e interesses das pessoas autistas, pois a grande complexibilidade dessa síndrome requer uma atenção diante o desenvolvimento de suas capacidades, em melhoria na qualidade de vida. O autismo não tem cura, porém o autista pode melhorar suas deficiências diante de um acompanhamento contínuo de aprendizagem. (Duarte, et al., 2023, p. 182)

Esses déficits podem afetar não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional e social da criança na escola. É importante que os educadores e profissionais de apoio estejam cientes dessas dificuldades e implementem estratégias para ajudar a criança a desenvolver habilidades sociais e de comunicação, promovendo um ambiente inclusivo e compreensivo, incluindo o uso de intervenções específicas, como treinamento em habilidades sociais, suporte individualizado e a criação de oportunidades para interações sociais positivas.

Ainda em paralelo com o DSM-5, trataremos sobre as características comportamentais do Transtorno do Espectro Autista. Vamos explorar como cada uma dessas características pode impactar as experiências do aluno no ambiente escolar:

- Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos:

Crianças com Tea podem exibir comportamentos repetitivos, como balançar o corpo, alinhar objetos ou repetir frases. Na escola, esses comportamentos podem ser uma forma de autorregulação ou uma resposta ao estresse. No entanto, é comum que distraiam ou chamem a atenção tanto da criança quanto dos colegas. Esse comportamento tende a ser mal interpretado e confundido com desinteresse ou desobediência. É importante que os

educadores compreendam esses comportamentos e ofereçam suporte adequado, como pausas sensoriais ou atividades alternativas.

- Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal:

A necessidade de aderir a rotinas pode fazer com que mudanças inesperadas no horário escolar ou nas atividades causem ansiedade significativa para a criança. Essa inflexibilidade pode dificultar a adaptação a novas situações ou transições entre atividades. É importante que os professores forneçam um ambiente previsível e estruturado, preparando a criança com antecedência para mudanças na rotina.

- Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco:

Alunos Tea tendem a ter interesses intensos e restritos em tópicos específicos, como dinossauros, mapas ou números, entre outros. Na escola, esses interesses podem ser uma fonte de motivação e engajamento, ou limitar a disposição da criança para participar de outras atividades ou aprender novos conteúdos. Os educadores podem integrar esses interesses nas atividades escolares para aumentar o engajamento e a motivação.

- Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente:

Crianças com Tea podem ser extremamente sensíveis a estímulos sensoriais, como luzes brilhantes, ruídos altos ou texturas de materiais, ou podem buscar estímulos sensoriais de maneira incomum. São comuns distrações, desconforto ou comportamentos de evasão, por isso a importância de um ambiente escolar adaptado para minimizar estímulos sensoriais aversivos e que sejam oferecidas estratégias de autorregulação.

> O professor deve então buscar estratégias de ensino adequadas, com atividades lúdicas que sejam capazes de prender a atenção do aluno, de modo que, os jogos e brincadeiras são de grande importância no processo de aprendizagem da criança, ajudando-o a desenvolver suas habilidades, sua atenção e seu desenvolvimento intelectual. (Duarte, et al., 2023, p. 169)

Compreender estes déficits e características ajuda a criar um ambiente escolar mais inclusivo e favorável e com bem-estar, o que proporcionará consequentemente maiores chance no alcance do sucesso acadêmico.

3. MARCOS LEGAIS: DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ÀS LEIS ESPECÍFICAS SOBRE AUTISMO

3.1. Legislações no âmbito nacional

A Constituição que hoje vigora no Estado Brasileiro, a oitava de nossa história, é carregada das bagagens de uma nação que já passou por períodos distintos e turbulentos desde a época em que ainda era uma colônia até os dias atuais. Em relação à educação, o texto de 1988, também conhecido como "Constituição cidadã", traz no título VIII, capítulo III, no artigo 205:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Consideramos um dos artigos mais belos da Constituição, pois diz de forma clara e até impositiva em relação ao direito à educação, como dever do Estado e família, com colaboração da sociedade; trata que tal direito é para o *pleno* exercício da cidadania, para o desenvolvimento do ser humano, para sua preparação para o trabalho, para a vida. "A educação, direito de todos", não existe condição, distinção, nem separação para o "todos". Os que dedicam à vida a educação, certamente acreditam e trabalham para que realmente ela aconteça tal qual é afirmado na constituição.

A educação inclusiva emerge como um pilar essencial dentro do arcabouço constitucional brasileiro, que consagra a educação como um direito inalienável de todos os cidadãos, além de um dever compartilhado entre o Estado e a família. Este conceito visa transcender as barreiras tradicionais, promovendo um sistema educacional que acolhe e valoriza a diversidade humana em todas as suas formas.

> A Constituição, então, é a lei fundamental do país, superior a todas as outras, pois é fruto da vontade política de um povo, representado os anseios de toda a nação, que estabelece a forma de Estado, o sistema de Governo, as competências institucionais, bem como os direitos fundamentais e sociais dos cidadãos (Bradbury, 2016, p.25).

O artigo 208 da nossa constituição diz que "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino"(Brasil, 1988). Portanto, é direito de todos os alunos, independentemente de sua deficiência ou condição estar na escola, mas também é dever do Estado garantir que esse atendimento seja especializado, ou seja, se o aluno deve estar na escola regular, esta deve ter condições de

recebê-lo. A educação inclusiva representa uma extensão natural do direito à educação assegurado pela Constituição, esforçando-se para garantir que todos os indivíduos tenham a oportunidade de florescer em um ambiente educacional que seja verdadeiramente acolhedor e equitativo.

A inclusão educacional de pessoas com deficiência tem sido um tema central nas discussões sobre políticas públicas e direitos humanos. A legislação brasileira, ao longo dos anos, tem buscado garantir o acesso dessas pessoas ao ensino regular, promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão social. No entanto, apesar dos avanços legais, ainda persistem desafios na implementação efetiva dessas políticas. A complexidade do cenário educacional brasileiro revela tensões entre o ideal de inclusão e a realidade prática enfrentada, Matos destaca uma importante reflexão sobre as limitações e contradições presentes nas prerrogativas legais de inclusão:

> Contudo, há de se considerar, que, embora exista nessas prerrogativas legais um prenúncio de ampliação do direito das pessoas com deficiência ao ensino regular, tem-se que o caráter preferencial do ensino, prescrito no Artigo 208 da Constituição Federal parece sugerir que alguns sujeitos serão considerados capazes de receber um atendimento pelas vias do ensino regular e outros estarão impossibilitados a este acesso. Este fator converge, por sua vez, na permanência e até na ampliação de modelos segregativos direcionados a uma significativa parcela das pessoas com deficiência (Matos, 2011, p.39)

A análise do Artigo 208 da Constituição Federal, que estabelece o atendimento educacional especializado "preferencialmente" na rede regular de ensino, revela uma ambiguidade que pode impactar negativamente a inclusão educacional. A palavra "preferencialmente" carrega um peso significativo, pois, embora indique uma intenção de integrar alunos com deficiência no ensino regular, também sugere que essa integração não é obrigatória para todos. Isso pode resultar na perpetuação de práticas segregativas, onde apenas alguns indivíduos são considerados aptos para a inclusão no ensino regular, enquanto outros são direcionados a modelos educacionais separados (Matos, 2011, p.39) destaca essa preocupação, apontando que, apesar das intenções legais de ampliar os direitos educacionais, a realidade pode, paradoxalmente, reforçar a exclusão de uma parcela significativa das pessoas com deficiência. Assim, é crucial que as políticas educacionais avancem para além das intenções preferenciais, garantindo que a inclusão seja uma realidade para todos, sem exceções, e que o Estado assegure as condições necessárias para que as escolas regulares possam efetivamente acolher e atender a todos os alunos de maneira equitativa e especializada.

> Entre os anos 1930 e 1950, houve importantes iniciativas de instituições privadoassistenciais que estruturam uma ação na qual a educação passa a ser evocada como meta, apesar do predomínio de um conjunto de iniciativas ligadas à assistência e aos cuidados de saúde (Baptista, 2019, p.5).

Kassar (1998) apud Matos (2011, p.35) cita as Apaes e Pestalozzi como exemplo dessas instituições, que estavam principalmente focadas em oferecer assistência social e cuidados de saúde, refletindo as necessidades sociais e econômicas da época. Apesar do foco predominante em assistência e saúde, a educação começou a ser reconhecida como um objetivo importante. Isso sugere uma transição ou expansão no papel dessas instituições, que passaram a ver a educação não apenas como um complemento, mas como uma meta essencial para o desenvolvimento social e individual.

Esse movimento pode ser visto como parte de um esforço mais amplo para melhorar as condições de vida e promover o desenvolvimento humano, reconhecendo que a educação é fundamental para a capacitação e o empoderamento das pessoas.

Na década de 1960 o acesso à educação para pessoas com deficiência era limitado e existiam as barreiras sociais, físicas e institucionais, ainda não havia uma visão clara sobre a inclusão e poucas escolas públicas ou privadas estavam preparadas para receber alunos com necessidades especiais. Além da consciência em relação à inclusão, faltava o acesso de infraestrutura como rampas, banheiros adaptados, por exemplo. O que hoje consideramos básico, ainda não existia, as barreiras eram desde a falta de políticas públicas até a triste exclusão social.

A primeira de Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional de 1961, organizou a educação brasileira em Educação pré-primária, para os menores de sete anos; Ensino primário, com quatro séries iniciais, obrigatória a partir dos sete anos; A Educação de Grau Médio, destinada aos adolescentes, dividida em dois ciclos: O ginasial e o colegial, comtemplando ainda os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário e por fim, o ensino superior, “para a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário” (Brasil, 1961). Na redação desta lei já há uma preocupação com que hoje chamamos de Ensino Especial. O título X, nos artigos 88 e 89, tratam “Da Educação de Excepcionais”

> Art. 88. A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.
> Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá

> dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (Brasil, 1961).

Notavelmente, a lei já demonstrava uma preocupação com o que hoje conhecemos como Educação Especial, ao incluir disposições específicas para a "Educação de Excepcionais". Os artigos 88 e 89 refletem um compromisso inicial com a inclusão, ao sugerir que a educação de alunos com necessidades especiais deve, sempre que possível, integrar-se ao sistema educacional geral, promovendo sua integração na comunidade. Além disso, a lei reconhece a importância da colaboração entre o setor público e iniciativas privadas eficientes, oferecendo apoio por meio de bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. Essa abordagem pioneira lançou as bases para o desenvolvimento de políticas educacionais mais inclusivas, sublinhando a importância de garantir que todos os indivíduos tenham acesso a oportunidades educacionais adequadas e equitativas.

Destacamos o verbo “integrar”, com o intuito de inserção social. É importante lembrar que na década de 1960 a taxa de analfabetismo era de 39,7% entre a população acima de 15 anos; na década de 1970 a taxa caiu para 33,7% e foi caindo gradativamente até 2000, quando alcançou 13,6%, indicando a dificuldade de acesso à escola (Inep, p.6, 2021). Por outro lado, a queda nos números sugerem que com a implementação de leis específicas para a educação, iniciou-se um processo de melhora nas questões de acesso ao ensino.

Dez anos após essa primeira LDB, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa “Diretrizes e Bases para o Ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências”, trouxe mudanças no sistema educacional brasileiro, em especial para o ensino de primeiro e segundo graus. O foco principal da lei foi a reformulação do sistema educacional, buscando expandir o acesso à educação básica, fazendo menções à educação especial de forma limitada. Neste texto, o ensino é dividido em 1º e 2º grau, sendo que o primeiro é destinado à formação da criança e do pré-adolescente, com oito anos letivos e 720h anuais como carga horária; já o segundo, terá três ou quatro séries anuais, habilitando para o ensino superior. Em relação ao ensino especial, observa-se

> Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acôrdo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (Brasil, 1971).

Não se especifica o que seria “receber tratamento especial”, mas deixa claro que deve haver um atendimento diferenciado e que este ficaria a cargo dos Conselhos de

Educação. É importante ressaltar que existe mais uma vez a preocupação com aqueles que aprendem de forma diferente por alguma condição física ou mental. Nota-se também uma evolução no conceito de ensino especial, pois considera os que possuem habilidades especiais, que no caso são chamados de super dotados.

> Nesse momento histórico, havia o predomínio de uma concepção relativa à escolarização condicionada, pois, a depender das limitações do aluno, o encaminhamento deveria indicar o serviço – classe especial ou escola especial –, em geral de caráter substitutivo ao ensino comum (Baptista, 2019, p.6).

Há nessa lei um reconhecimento vago e genérico de que existiam pessoas com deficiência física, mental ou com superdotação, no entanto, não é especificado como seria a estrutura dos atendimentos, tampouco as adaptações para garantir a qualidade no acesso à educação e a maioria das escolas e dos profissionais da educação continuava sem ter as condições para as demandas da inclusão.

Um marco importante que definiu caminhos para a educação em âmbito mundial, tendo como consequência posteriormente no Brasil a instituição da "Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", decreto 914 de 06/09/1993, foi a Conferência Mundial sobre Educação para todos, que ocorreu na Tailândia em 1990. Os países, incluindo o Brasil, aprovaram a Declaração Mundial sobre Educação para todos, visando a universalização do acesso à educação. Destacamos a meta 5 artigo 3º:

> As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (Unesco, 1990).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da Educação Nacional, em relação à educação especial, define:

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (Brasil, 1996).

Na lei de 1996 foi destinado o capítulo V para tratar da Educação Especial, assegurando melhores condições para todos os que necessitam de tal modalidade. Ressaltando-se que preferencialmente deve ser oferecida na rede regular, apesar de não utilizar o termo "inclusão". Mais uma vez é notada uma evolução em relação ao conceito,

estendendo a educação especial para portadores de necessidades especiais, sejam elas quais forem.

O texto de 96 representou um marco importante para a educação inclusiva no Brasil, ao estabelecer que pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação devem ser educadas, preferencialmente, nas escolas regulares, assegurando assim seu direito à educação em um ambiente inclusivo e de convívio com os demais alunos. Também trouxe a concepção de que a inclusão é um direito fundamental e que as escolas precisam se adaptar para receber todos os alunos, independentemente de sua condição, dando o suporte pedagógico adequado e assegurando que os estudantes tenham igualdade de oportunidades para desenvolver suas potencialidades.

O texto de 96 sofreu modificações, naturalmente, atendendo as necessidades da sociedade que ao evoluir, precisa avançar também no sistema de ensino e atualmente está bastante diverso. Dentre as mudanças pode-se destacar de antemão a própria definição de Educação Especial, que se ampliou em detrimento da anterior, ficando assim a nova redação:

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2013).

No texto, a educação especial abrange além da deficiência, os transtornos, altas habilidades e superdotação, mais uma evolução em relação ao sentido do que seria tal modalidade de ensino. Pela primeira vez é mencionado a palavra “transtornos”, considerando que há muitas e variadas necessidades especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi pioneira incluindo em suas diretrizes a garantia de acesso igualitário à educação, independentemente das limitações, reconhecendo que o sistema educacional precisa se adaptar às diferenças.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que culminou na Declaração de Salamanca de 1994, estabeleceu princípios, políticas e práticas nas áreas das necessidades educativas especiais. Sobre inclusão, destacamos

> • cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem;
> • cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;

> • os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades;
> • as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades;
> • as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo (Unesco, 1994).

A Declaração reafirma o direito à educação de qualidade para todos, sem ter em contas suas habilidades ou condições, enfatizando a urgência nas adaptações escolares para atender às necessidades de crianças com deficiência, incluindo as que possuem Transtorno do Espectro Autista, além de defender que o sistema de ensino comum é o ponto de partida para a inclusão, defende a criação de políticas públicas e práticas pedagógicas que respeitem a diversidade, garantindo a todos a oportunidade de aprender e se desenvolver dentro da escola.

> O princípio presente na Declaração de Salamanca incidiu na Educação Especial brasileira e influenciou a reorganização dos sistemas educativos para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, com vistas a garantir o acesso e permanência nos sistemas sob condições igualitárias e de qualidade. Os pressupostos contidos nas recomendações internacionais delegam à esfera educacional as responsabilidades pela superação da exclusão social ao apontar a escola como instituição que contribui para a vida adulta produtiva, à promoção de habilidades que respondam às demandas sociais e de comunicação (Matos, 2011, p.48).

O documento enfatiza a importância de não segregar, mas promover e garantir que os portadores de necessidades especiais possam participar de forma ativa da vida escolar, para as crianças com Transtorno do Espectro Autista e demais alunos com deficiências ou neurodivergências, isso significa estar na escola comum e ter suporte para que permaneça e se desenvolva.

> O conceito de necessidades educacionais especiais, que passa a ser amplamente disseminado, a partir dessa Declaração, ressalta a interação das características individuais 15 dos alunos com o ambiente educacional e social, chamando a atenção do ensino regular para o desafio de atender as diferenças. No entanto, mesmo com essa perspectiva conceitual transformadora, as políticas educacionais implementadas não alcançaram o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos (Brasil, 2008, p.15).

O documento data do ano de 1994, antes mesmo da nossa última lei de diretrizes e bases, no entanto, é perceptível que todas as legislações posteriores são marcadas por ela, sua mensagem foi absorvida na construção do marco legal brasileiro, especialmente nas leis que garantem o direito à educação inclusiva.

Outros grandes avanços foram a aprovação do Plano Nacional da Educação lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, com duração de 10 anos; e posteriormente lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, dando continuidade ao processo iniciado em 2001 (Brasil, 2014).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008, representa um avanço nas diretrizes educacionais brasileiras, reafirmando o compromisso do país com a inclusão de pessoas com deficiência (PcD) no sistema educacional regular. Esta política estabelece que a matrícula de alunos com deficiência deve ser garantida nas escolas regulares, promovendo a inclusão como um direito fundamental.

> A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008, p.14).

Um dos principais componentes dessa política é a integração do Atendimento Educacional Especializado (AEE) à proposta pedagógica das escolas públicas. O AEE é concebido como um conjunto de atividades, recursos e serviços educacionais organizados institucionalmente, que visa complementar ou suplementar a formação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O objetivo é garantir que esses alunos tenham acesso a um currículo adaptado às suas necessidades específicas, promovendo seu pleno desenvolvimento acadêmico e social.

A política de 2008 enfatiza a importância de uma abordagem educacional que não apenas acolha alunos com deficiência nas escolas regulares, mas que também ofereça suporte adequado para atender às suas necessidades individuais. Isso inclui a adaptação de

materiais didáticos, a formação continuada de professores e a disponibilização de recursos e tecnologias assistivas.

Além disso, a política destaca a necessidade de colaboração entre diferentes setores, incluindo educação, saúde e assistência social, para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e acessível. Ao promover a inclusão educacional, a política busca não apenas integrar alunos com deficiência no ambiente escolar, mas também transformar a cultura escolar para valorizar a diversidade e promover a equidade.

Em resumo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 reforça o compromisso do Brasil com a educação inclusiva, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite e valorize suas diferenças individuais.

O Decreto 6.571 de 2008 regulamentou o atendimento educacional especializado (AEE) no Brasil constituindo um avanço na promoção da educação inclusiva, ao estabelecer diretrizes claras para a integração de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino regular. Este decreto define o AEE, além de enfatizar a importância da participação ativa das famílias e da articulação com outras políticas públicas, promovendo uma abordagem holística e colaborativa para a inclusão educacional. No inciso segundo,

Este decreto define o AEE como um conjunto de atividades e recursos organizados para complementar ou suplementar a formação dos alunos, assegurando que esse atendimento seja parte integrante da proposta pedagógica das escolas. Além disso, enfatiza a importância da participação ativa das famílias e da articulação com outras políticas públicas, promovendo uma abordagem holística e colaborativa para a inclusão educacional, estabelecendo que “o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas” (Brasil, 2008, p.1)

O Ministério da Educação desempenha um papel crucial na implementação deste decreto, oferecendo apoio técnico e financeiro para iniciativas como a implantação de salas de recursos multifuncionais, a formação continuada de professores e a adequação arquitetônica das escolas para garantir acessibilidade. Essas medidas visam eliminar barreiras no processo de ensino e aprendizagem, criando um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. O decreto também prevê a criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de remover obstáculos físicos,

de comunicação e de informação, facilitando a participação plena dos alunos com deficiência. Ao garantir a disponibilidade dos recursos necessários e a coordenação das ações entre diferentes ministérios, o decreto reafirma o compromisso do Brasil com uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) 4/2009 estabelece diretrizes fundamentais para a implementação do Atendimento Educacional Especializado no Brasil, em alinhamento com o Decreto nº 6.571/2008 e determina que os sistemas de ensino devem assegurar a matrícula de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em classes comuns do ensino regular, além de proporcionar o AEE em salas de recursos multifuncionais ou centros especializados. O AEE é concebido para complementar ou suplementar a formação dos alunos, visando eliminar barreiras à sua plena participação na sociedade e promover seu desenvolvimento educacional.

Estabelece ainda que o AEE deve ser realizado prioritariamente em salas de recursos multifuncionais, no turno inverso da escolarização, podendo também ser oferecido em centros especializados conveniados. Define-se como público-alvo do AEE os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A resolução sublinha a importância da formação específica para os professores que atuam no AEE, estabelecendo suas atribuições, como a elaboração de planos de atendimento, a organização de recursos pedagógicos e a articulação com os professores do ensino regular. A resolução enfatiza a necessidade de colaboração intersetorial e a participação ativa das famílias para maximizar a eficácia dos atendimentos.

A Lei 12.764 de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro assegura que indivíduos com TEA tenham os mesmos direitos que outras pessoas com deficiência, definindo quem é considerado autista e promovendo o uso do símbolo mundial do autismo para priorizar seu atendimento.

A política enfatiza a intersetorialidade nas ações, garantindo que as necessidades das pessoas com TEA sejam abordadas de forma integrada. Ela incentiva a participação comunitária na formulação de políticas públicas e destaca a importância do diagnóstico precoce e do atendimento multiprofissional. A lei também promove a inserção no mercado de trabalho, a capacitação de profissionais e a pesquisa científica.

A Lei 12.796 , altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da

educação e dar outras providências, em relação ao público da Educação Especial estabelece no artigo 4º que o

> atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 2013, p.1).

O texto desta lei destaca a importância da educação especial ao defini-la como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e assegurando que os sistemas de ensino devem oferecer o atendimento educacional especializado gratuito, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, promovendo a inclusão e a equidade. Além disso, o poder público é incentivado a ampliar o atendimento a esses educandos na rede pública regular, assegurando que todos tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite suas necessidades específicas e potencialize suas capacidades.

O Decreto Federal n.º8.368, de 02/12/2014, que regulamenta a Lei 12.764 de 27/12/2012 e institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Segundo Fernandes et al. (p.9, 2024) os familiares-ativistas ocuparam lugar estratégico no processo de proposição e aprovação e que esta lei foi um marco na história dos direitos das pessoas com Tea (p.13).

Essa lei estabelece diretrizes e regulamentações para garantir seu acesso à educação, saúde, trabalho e inclusão social, assegurando que as pessoas com transtorno do Espectro Autista tenham pleno acesso a serviços de saúde, educação e trabalho, garantindo a proteção contra toda forma de discriminação, promovendo sua inclusão social e reconhecendo que pessoas com autismo têm os mesmos direitos que qualquer pessoa com deficiência. É um avanço, pois garante às pessoas com Tea viver com maior qualidade, dignidade e respeito.

A Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) trouxe novidades, repetiu alguns conceitos e estabeleceu vetores para conduzir a administração pública na tarefa de inclusão, no entanto, a lei, sozinha, não resolve qualquer problema (David Araújo e Macieira da Costa Filho, p. 13, 2017). Um grande salto na busca dos direitos da pessoa com deficiência, com uma lei própria que visa garantir a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência no

país, reconhecendo que as barreiras enfrentadas ficam maiores quando há a falta de acessibilidade e preconceitos.

Quanto ao direito à educação inclusiva, a lei garante que pessoas com deficiência estudem em escolas regulares, com os recursos necessários para sua plena participação e assegura que a sociedade ofereça acessibilidade em espaços públicos e privados, na comunicação e na tecnologia, na vida em todos os seus aspectos, garantindo a igualdade de oportunidades. A lei ainda garante acesso a atendimento especializado na saúde, proíbe a discriminação no trabalho e preza pela autonomia da pessoa com deficiência, conferindo assim maior dignidade a todos os que necessitem de qualquer tipo de adaptação.

No cenário federal temos o seguinte quadro de leis aprovadas em relação ao autismo: Lei nº 13.997/20 de 8 de janeiro de 2020 que institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) e dá outras providências; Lei nº 13.861/19, de18 de julho de 2019, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos; Lei nº 13.438/17 de 26 de abril de 2017, para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças; e Lei 12.764 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A pesquisa de Fernandes, Couto e Andrada aponta para o número de vezes em que a palavra "autismo" aparece nos projetos de lei da Câmara dos Deputados:

> Em um levantamento preliminar realizado em 21 de março de 2024 no site da Câmara dos Deputados, usando "autismo" como termo de busca, foram encontradas, inicialmente 273 propostas relacionadas ao tema – entre projetos de lei, projetos de lei complementar e propostas de emendas constitucionais (Fernandes, Couto e Andrada, p.17, 2024).

Existe uma série de debates no âmbito legislativo, e cabem investigações sobre o caráter dessas legislações e seus desdobramentos na política pública, no que significa garantir diretos à pessoa Tea.

Bradbury (2016, p.34) aponta três finalidades da política pública: a finalidade jurídica "que representa uma ordem constitucional, uma obrigação institucional dirigida ao gestor público"; a finalidade política: "para legitimar e fortalecer, após o declínio do Estado Social, o próprio Estado Democrático de Direito"; e a finalidade social: "conferir a igualdade efetiva de oportunidades a todos os cidadãos". E completa

> Assim, somando-se as três finalidades das políticas públicas, seu objetivo precícuo é servir de obrigação constitucional aos Gestores Públicos para que elaborem atividades e programas normativos que busquem diminuir a

> grande desigualdade social existente na sociedade capitalista, garantindo os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente, principalmente a Dignidade da Pessoa Humana, contribuindo, assim para a implantação e fortalecimento do próprio Estado Democrático de Direito Brasileiro (Bradbury, 2016, p.35).

Pode-se considerar que o Brasil tem um arcabouço legal robusto, no entanto, a realidade da população brasileira ainda não é tal qual é apontado na Constituição. Apesar dos avanços legais, sociais, ainda há um longo caminho a trilhar até a concretização das leis de um modo geral.

3.2. Legislação do Estado do Paraná

A Instrução Normativa n.º 003/2024, emitida pela secretaria de estado da educação (SEED) e Diretoria de Educação (DEDU), estabelece diretrizes para a organização e o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais da Rede Estadual de Educação do Paraná. Este documento normativo visa garantir que estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento educacional.

> Sala de Recursos Multifuncionais é um espaço físico próprio, organizado institucionalmente para a oferta do serviço de Atendimento Educacional Especializado em contraturno escolar, contando com mobiliário, equipamentos tecnológicos, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade (Paraná, p.2, 2024).

As Salas de Recursos Multifuncionais são ambientes equipados com materiais pedagógicos e tecnológicos específicos, destinados a complementar e apoiar o processo de aprendizagem desses alunos, promovendo a inclusão e a equidade no ambiente escolar. A instrução normativa define os critérios para a implementação e operação dessas salas, assegurando que o atendimento especializado seja realizado de forma eficaz e alinhada às necessidades individuais dos estudantes, contribuindo para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e acessível.

Outra normativa importante é a Instrução Normativa n.º 003/2024 da DEDUC/SEED estabelece diretrizes para o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado na Rede Estadual de Educação do Paraná, com foco em estudantes com Deficiência Física Neuromotora e Transtorno do Espectro Autista. As atividades

pedagógicas devem ser desenvolvidas por professores de apoio utilizando o Roteiro de Identificação e o Plano de Mediação, que são instrumentos fundamentais para identificar as necessidades dos estudantes e criar estratégias de mediação adequadas. O Roteiro de Identificação permite mapear as dificuldades e habilidades dos alunos, enquanto o Plano de Mediação define as adaptações necessárias, metas, recursos e atividades pedagógicas para promover a participação plena dos estudantes nas atividades escolares. A instrução destaca a importância da colaboração entre professores, equipe pedagógica, pais e profissionais da saúde para garantir uma educação inclusiva e de qualidade, promovendo o acesso, a permanência e a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

A Lei nº 21.964/2024, que estabelece o Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista visa garantir a inclusão social e a cidadania plena, estabelecendo diretrizes para o atendimento integral e adequado às necessidades específicas dessas pessoas. Entre os principais pontos, a lei assegura o acesso a serviços de saúde, educação, assistência social e trabalho, promovendo a capacitação de profissionais para o atendimento especializado. Ela enfatiza a importância da conscientização e da sensibilização da sociedade sobre o TEA, buscando eliminar preconceitos e discriminações. A lei também prevê a criação de políticas públicas que incentivem a pesquisa e a disseminação de informações sobre o autismo, bem como a participação ativa das famílias e das próprias pessoas com TEA na formulação e implementação dessas políticas. Dessa forma, o Código Estadual busca garantir que as pessoas com autismo no Paraná tenham seus direitos respeitados e possam viver com dignidade e autonomia.

O Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista do Paraná, traz importantes garantias na área da educação para assegurar que pessoas com Transtorno do Espectro Autista tenham acesso a um ensino inclusivo e de qualidade. O direito ao atendimento educacional especializado, que deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, em salas de aula comuns, com as adaptações necessárias para atender às suas necessidades específicas, no artigo 43:

> II - inclusão dos estudantes com TEA nas classes comuns de ensino regular e em todos os níveis de ensino e em suas diferentes modalidades, com o apoio e as adaptações necessárias da tecnologia da informação e da comunicação e fazendo uso das tecnologias assistivas;
> III - garantia de acesso, permanência e êxito escolar tendo garantida a matrícula prioritária, sendo vedada a recusa de matrícula na rede de ensino municipal, estadual pública e privada; (Paraná, p.11, 2024).

Além disso, a lei prevê a capacitação contínua de professores e demais profissionais da educação para que possam desenvolver práticas pedagógicas adequadas e eficazes no atendimento a esses alunos.

> IV - incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados na pesquisa e no atendimento da pessoa com TEA;
> V - formação continuada de professores e demais profissionais da educação, com base em evidência científica, para o adequado atendimento educacional; (Paraná, p.11, 2024).

A legislação também prevê a elaboração de planos educacionais individualizados para todos os alunos que necessitam de atendimento educacional especializado, que considerem as habilidades e dificuldades de cada estudante, promovendo seu desenvolvimento acadêmico e social.

A instrução normativa n.º 001/2016 – SEED/SUED estabelece critérios para a solicitação de Professor de Apoio Educacional Especializado aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Está na definição da lei:

> Professor de Apoio Educacional Especializado é um profissional com habilitação comprovada para atuar nas instituições de ensino da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, para atender os estudantes com diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista, com comprovada necessidade relacionada à sua condição de funcionalidade para a escolarização e não relacionada à condição de deficiência, sendo agente de mediação do aprendizado e escolarização (Paraná, 2016, p. 1).

Destacamos na normativa, que o profissional que exercerá o cargo de professor apoio deve ter habilitação comprovada para atuar em tal função, o que é um ponto extremamente positivo, devido à complexidade das característica dos alunos tea, e ainda:

> a. disponibilidade para cumprir carga horária de 20 (vinte) horas semanais, que deve compreender os 05 (cinco) dias da semana de segunda a sexta-feira;
> b. especialização em cursos de pós-graduação em Educação Especial, Licenciatura Plena ou Ensino Médio com habilitação em Magistério e Estudos Adicionais na área da deficiência mental;
> c. formação em cursos de licenciatura em Educação Especial, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
> d. complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da Educação Especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento, para atuação na Educação Básica (Paraná, 2016, p.4).

Em termos de qualificação, é exigida especialização em cursos de pós-graduação em Educação Especial, Licenciatura Plena ou Ensino Médio com habilitação em Magistério e estudos adicionais na área de deficiência mental. Além disso, é preferível que

os profissionais tenham formação em cursos de licenciatura em Educação Especial, idealmente de forma concomitante com licenciatura para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Por fim, a complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da Educação Especial é requerida após a licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento, visando a atuação na Educação Básica. Esses critérios visam garantir que os profissionais estejam adequadamente preparados para atender às necessidades dos estudantes com deficiência.

Dessa forma, a lei busca assegurar que os estudantes com Tea tenham igualdade de oportunidades no ambiente escolar, contribuindo para sua plena participação e integração na sociedade.

3.3. Legislação do Município de Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu criou a Lei nº 4698, de 21 de janeiro de 2019, que "Institui a Política Municipal de Proteção aos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, e dá outras providências" (Foz do Iguaçu, 2024). O primeiro artigo traz uma breve definição do transtorno e em seguida traça diretrizes para política municipal, falando da importância da intersetorialidade nas ações que se referem aos atendimentos, ou seja, prevê que vários setores buscando garantir que as pessoas com autismo tenham acesso a serviços e oportunidades de forma integrada, envolvendo saúde, educação, trabalho e outras áreas, estimulando a participação da comunidade na criação e no acompanhamento dessas políticas, garantindo que as ações atendam realmente às necessidades desse grupo.

Já na educação, o ponto primordial é na inclusão escolar, assegurando que os alunos autistas estejam nas classes regulares com o suporte necessário. Um dos pontos importantes trata sobre o incentivo à pesquisa científica para entender melhor o transtorno, além de prever que o município pode firmar contratos e convênios com pessoa jurídica de direito privado, visando o bem estar da pessoa autista e sua atenção e proteção integral. O terceiro artigo trata da proteção da pessoa e o acesso aos serviços incluindo:

> a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
> b) o atendimento multiprofissional;
> c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
> d) o acesso a medicamentos, incluindo nutracêuticos;
> e) o acesso à informação que auxilie no diagnóstico e em seu tratamento;
> f) promoção de campanhas de conscientização contra o tratamento desumano ou degradante, discriminatório ou preconceituoso;
> g) promoção do convívio familiar (Foz do Iguaçu, 2024).

É importante para o município ter uma legislação que garanta que as pessoas com autismo tenham seus direitos plenamente assegurados e recebam o suporte necessário em diversas áreas da vida, como saúde, educação e trabalho. Porém, mais importante e determinante é fazer cumprir a lei, fazê-la sair do papel e tornar-se realidade na vida de cada pessoa, talvez o maior desafio de qualquer lei seja fazer-se cumprir.

O município estabeleceu, através da instrução normativa Nº 2 de 05 de fevereiro de 2024, o "protocolo para solicitação de apoio escolar para estudantes com deficiência natureza sensorial, intelectual ou física ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados na Rede Municipal de Ensino" (Foz do Iguaçu, 2024).

A normativa estabelece as diretrizes para a solicitação de apoio escolar destinado a estudantes com deficiência, promovendo a inclusão educacional e garantindo que esses alunos tenham o suporte necessário para desenvolver-se acadêmica e socialmente. O principal objetivo da normativa é assegurar que todos os estudantes que necessitem, tenham acesso ao suporte adequado para sua aprendizagem. O apoio escolar é um professor que auxilia o aluno durante as aulas, atendendo às suas peculiaridades, de forma que o aluno consiga realizar, dentro de suas possibilidades todas as atividades propostas, mas de uma forma específica e adaptada para ele.

O documento descreve os tipos de apoio que podem ser oferecidos, como a presença de assistentes especializados e a adaptação de materiais no ambiente escolar e prevê um acompanhamento contínuo, com avaliações periódicas para garantir que o estudante está sendo bem atendido. As escolas têm a responsabilidade de cumprir essas diretrizes, capacitando suas equipes para acolher todos os alunos de maneira inclusiva reforçando o direito dos estudantes de receberem uma educação adaptada e flexibilizada às suas necessidades.

Diferentemente da instrução normativa do estado do Paraná, a normativa municipal não exige formação específica, mas estabelece no art. 4º que "A função de apoio escolar poderá ser exercida por professores, em readequação funcional e/ou cujo vínculo seja de contrato temporário, agente de apoio e/ou estagiários.", ou seja, para exercer esta função, não é solicitado preparação ao curso, ou sequer o mínimo conhecimento na área, o que é um ponto negativo na legislação municipal.

O professor de apoio é essencial para uma criança com Transtorno do Espectro Autista pois oferece o suporte para que ela aprenda e se desenvolva, mesmo que por vezes

tenham dificuldades na comunicação e interação com os colegas. Esse profissional é um mediador, ajudando a criança a se integrar melhor ao ambiente escolar e participando das atividades de ensino e aprendizagem cotidianas. O suporte emocional é outro aspecto relevante, reduzindo a ansiedade que pode surgir em momentos de sobrecarga sensorial e até reduzindo a quantidade e intensidade das desregulações apresentadas por estas crianças.

4. ESCOLA JOÃO DA COSTA VIANA: UMA ESCOLA FRONTEIRIÇA

4.1. A função social da escola numa perspectiva de educação inclusiva

Antes de falarmos sobre a Escola Municipal João da Costa Viana, faremos uma reflexão sobre o papel da escola, para assim compreendermos a importância dessa instituição na sociedade e na formação dos educandos. Pensaremos também em escola numa perspectiva inclusiva, a fim de refletirmos seu importante papel na formação da sociedade.

A escola é uma instituição primordial para a sociedade, cuja função principal é repassar os conhecimentos científicos acumulados ao longo do tempo. É na escola que surgem as primeiras relações e conflitos fora do meio familiar, decorrentes do convívio social; na escola se aprendem as primeiras letras e se adentra a um novo mundo de descobertas.

Para Souza, a escola possui três funções fundamentais elencadas da seguinte forma

> 1)Como instituição social, portanto fruto das necessidades sociais; 2) como espaço principal de transmissão de conhecimentos sistematizados; 3) Como possibilidade de transformação do indivíduo e da sociedade por meio do conhecimento (Souza, p. 12, 2013).

A autora enfatiza que a escola é fruto das necessidades da sociedade, assim como é o espaço para o repasse dos conhecimentos sistematizados e onde o indivíduo tem a possibilidade de transformação através do conhecimento.

> Quando Vygotsky (1997) argumenta que os objetivos educacionais em relação às crianças com deficiência precisam ser os mesmos para as crianças tidas como normais, ele se ancora nas leis gerais do desenvolvimento cultural. Não se trata, portanto, de reduzir as expectativas em relação ao processo de ensino e aprendizagem, tampouco, de ignorar as especificidades da condição orgânica e idealizar a deficiência, admitindo que todos podem aprender tudo ou qualquer coisa, em determinado tempo/momento, desconsiderando as condições e a história de cada pessoa (Dainez e Smolka, 2019, p.14)

O grande desafio atual é compreender que os objetivos educacionais para crianças com deficiência devem ser os mesmos que para crianças típicas, o que não significa reduzir expectativas ou ignorar as especificidades de cada condição, mas sim reconhecer que todos têm potencial para aprender, respeitando as condições e a história individual de cada pessoa. E neste processo o papel da escola é fundamental, pois é um berço de amizades,

um local de socialização e onde os indivíduos podem descobrir e desenvolver suas habilidades.

Para Bueno, “À escola foi delegada a função de formação das novas gerações em termos de acesso à cultura socialmente valorizada, de formação do cidadão e de constituição do sujeito social” e ainda, que a escola é um “espaço social privilegiado”, (Bueno, 2001, p.5). O autor ressalta que é na escola o local onde o indivíduo tem acesso a cultura e se forma como cidadão e sujeito social e mais, essa função da escola se estende à formação das novas gerações.

A produção de conhecimento científico é uma atividade humana que reflete e influencia contextos históricos e sociais e está interligada com as transformações culturais, contribuindo para a construção de novas formas de vida e práticas sociais, para Dainez e Smolka

> Neste sentido, partimos do pressuposto de que a produção de conhecimento científico é uma atividade humana cujo empreendimento tem valor histórico e implicação social. A produção de conhecimento apresenta-se, assim, articulada com a construção de novas formas de vida e práticas sociais (2019, p.6).

As relações humanas dentro do ambiente escolar são cruciais, pois é através delas que os alunos aprendem a colaborar, a resolver conflitos e a compreender a diversidade. A escola, portanto, prepara os alunos para a vida em comunidade, formando cidadãos. Pensar a escola numa perspectiva inclusiva ainda é um desafio, pois, como bem coloca Montoan e Lima, “A diferença em si mesma é dita como o "monstro", a "maldita", por questionar o modo rotineiro de se pensar o "outro"”(Montoan e Lima, 2017, p.4).

Montoan e Lima destacam que a diferença é muitas vezes vista de forma negativa, como algo a ser temido ou evitado, por questionar as normas estabelecidas de como percebemos e interagimos com o "outro". Essa visão pode criar barreiras para a inclusão, pois impede o reconhecimento e a valorização da diversidade como um elemento enriquecedor do ambiente escolar. No entanto, é na própria escola que estas barreiras podem ser superadas e os desafios vencidos, através de abordagens que incluam as diferenças ao invés de separar ou segregar.

Saviani (p. 75, 1999), ao falar em “pedagogia revolucionária”, explica que é tarefa primordial do processo educativo e tarefa particular da escola a difusão de conteúdos “vivos e atuais”, sem descuidar da transmissão dos mesmos. O autor coloca como função da escola, para além da transmissão de conhecimento, a “difusão”, que pode ter como

sinônimos propagar, espalhar e até mesmo derramar. Além disso, ele fala em conteúdos vivos e atuais, querendo tratar da importância de se trabalhar de acordo com a realidade do aluno, de forma atualizada.

O processo de inclusão de alunos neurodivergentes é uma realidade vivida pela escola. Fazer desse processo um ato de crescimento, de aprendizagem e criação de um ambiente singular e ao mesmo tempo plural de troca de conhecimento não tem sido uma tarefa fácil, principalmente para os professores, no entanto, é necessário, saudável e crucial para a sociedade atual e para as próximas gerações, afinal, em nosso país "a educação é um direito de todos" (Brasil, 1988).

Para Davis a escola é um espaço para o exercício da democracia, pois assegura a igualdade de condições para o sucesso da permanência e acrescenta:

> é a instituição na qual se inicia e se promove a socialização das pessoas – desde a idade mais tenra até a idade adulta. As regras de convivência social, o respeito ao outro e às normas de convivência são exercidas cotidianamente na escola, por meio de um trabalho em que se afirma a relação entre os sujeitos individuais (Davis et al., p. 32, 2002).

A escola é um dos poucos lugares na sociedade no qual grupos diversos convivem respeitando exatamente as mesmas regras, independente de sua classe social, cor, raça, crenças, religião, a escola talvez seja o mais democrático de todos os lugares. As relações que acontecem na escola são ricas e podem ser ferramentas para as futuras formas de convivência social, é o indivíduo crescendo e aprendendo a ser cidadão enquanto entra no mundo das letras.

Davis faz uma analogia entre a escola e uma orquestra, indicando que a participação e compromisso de todos os membros da equipe escolar são indispensáveis para a aprendizagem do aluno, pois ela é uma construção coletiva e um trabalho compartilhado (Davis et al., p. 88, 2002).

Cada pessoa na escola tem o seu papel: professores, gestores, equipe administrativa, as equipes de limpeza e cozinha, as famílias dos alunos e a comunidade. É necessário que cada um desempenhe de forma adequada sua função, para que neste processo, o aluno alcance a aprendizagem, noções de cidadania e vivência em sociedade e que também seja capaz de fazer valer seus diretos enquanto exerce seus deveres.

Os autores citados falam sobre a formação do aluno e da sociedade através da escola, destacando assim a importância da mesma para que os conhecimentos adquiridos sejam repassados às futuras gerações. Destacamos o papel na formação não só das futuras,

mas da geração atual, a escola como local de convivência, de tolerância, de constante aprendizado, de viver a cidadania, a democracia e a inclusão.

Não podemos ser ingênuos acreditando que na escola todos os problemas da sociedade serão resolvidos, ou que ela não tenha graves problemas. A "educação para todos" abriu as portas, ao mesmo tempo em que por estas mesmas portas adentraram outros problemas. A questão é que não há o que se discutir sobre a relevância da instituição escola para a sociedade e para cada criança que ali estando deve ser respeitada e atendida em suas necessidades desde a obtenção de saber científico e até a nutrição física.

Munaretti esclarece que para assegurar uma inclusão eficaz, é necessário melhorar as políticas públicas com investimentos significativos e que as escolas devem reavaliar suas estruturas e abordagens, priorizando a formação de professores e o apoio contínuo, além de fornecer recursos e adaptações adequadas (2023, p.100).

Por fim, Freire com poesia e maestria encanta com sua visão

Escola é

... o lugar que se faz amigos.

Não se trata só de prédios, salas, quadros,
Programas, horários, conceitos...
Escola é sobretudo, gente
Gente que trabalha, que estuda
Que alegra, se conhece, se estima.

O Diretor é gente,
O coordenador é gente,
O professor é gente,
O aluno é gente,
Cada funcionário é gente.

E a escola será cada vez melhor
Na medida em que cada um se comporte
Como colega, amigo, irmão.
Nada de "ilha cercada de gente por todos os lados"
Nada de conviver com as pessoas e depois,

Descobrir que não tem amizade a ninguém.
Nada de ser como tijolo que forma a parede, Indiferente, frio, só.

Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
É também criar laços de amizade, É criar ambiente de camaradagem,
É conviver, é se “amarrar nela”!

Ora é lógico...
Numa escola assim vai ser fácil! Estudar, trabalhar, crescer,

Fazer amigos, educar-se, ser feliz.
É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo (Freire, 1989).

4.2 Foz do Iguaçu, cidade de tríplice fronteira

Figura 1: Tríplice fronteira: Brasil, Paraguai e Argentina

Fonte: https://www.hoteldelreyfoz.com.br/blog/2

A unidade de ensino escolhida para a realização deste trabalho está situada em Foz do Iguaçu, no extremo oeste do estado do Paraná, num território constituído por uma tríplice fronteira. A cidade possui duas pontes em funcionamento: a Tancredo Neves, no rio Iguaçu, que liga o Brasil a Argentina; a famosa Ponte da Amizade, no rio Paraná, que liga o Brasil ao Paraguai, fronteira mais movimentada do país; e ainda uma terceira ponte, a segunda que faz ligação com o Paraguai, que apesar de pronta, ainda não está em funcionando. O município é caracterizado por sua diversidade cultural, tendo aproximadamente 80 nacionalidades, sendo que as mais representativas são oriundas do Líbano, China, Paraguai e Argentina. (Foz do Iguaçu, 2024). Segundo Cardin

> A tríplice fronteira estudada pode ser considerada uma das mais importantes da América do Sul devido à intensidade dos fluxos de pessoas e mercadorias que lá circulam, mas também pela presença de uma grande heterogeneidade cultural e de diferentes comunidades étnicas (Lima e Cardin, p.54, 2016).

É importante destacar que devido à construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, "que empregou, no auge, 40.000 trabalhadores" e "esse crescimento trouxe transformações ao quadro urbano do município, acarretando elevada demanda nos serviços públicos e privado (Lima, 2010, p. 34).

Outro marco na história da cidade foi o turismo de compras no país vizinho, o Paraguai e o circuito dos sacoleiros, que movimentou a tríplice fronteira, como bem explica Cardin:

> A grande circulação de pessoas, de mercadoria e de capital possibilitada, em grande medida, pelas características geopolíticas da região serviu como atrativo para um fluxo migratório constante. Homens e mulheres de todas as localidades buscavam e ainda buscam na região das três fronteiras novas oportunidades, que são constantemente alimentadas pela facilidade de trânsito e de ocupação oriunda da frágil fiscalização entre Brasil, Argentina e Paraguai. Entretanto, parte significativa desta população não foi e nem é absorvida pelo mercado formal existente, o que exige de muitos o desenvolvimento de atividades não regulamentadas, como é o caso dos inúmeros trabalhadores que atuam nas mais diferentes atividades criadas no interior do setor turístico hoteleiro e do próprio circuito sacoleiro. De modo geral, a fronteira se define como um espaço de possibilidades de trabalho, de enriquecimento para alguns e de muitas frustrações para outros (Cardin, p.34, 2010).

Conhecer a história do município e sua formação, auxilia na compreensão do espaço que iremos estudar, pois o público que hoje atendemos é fruto dessa história e das atividades que aqui foram desenvolvidas. A grande circulação de pessoas, de mercadoria e de capital foi possibilitada pelas características geopolíticas da região e serviu como atrativo para um fluxo migratório constante. Ao longo das décadas, homens e mulheres de muitas localidades buscam na região das três fronteiras novas oportunidades. Esse trânsito de pessoas confere a região de Foz do Iguaçu, características únicas que merecem ser mencionadas e é dentro desse contexto histórico, político e geográfico que se encontra a escola.

4.3. A Escola João da Costa Viana e a organização do Sistema Municipal de Ensino

O Município de Foz do Iguaçu possui um Sistema Municipal de Ensino, implantado através da Lei Municipal nº 5.247, de 17 de abril de 2023, e que compreende: Secretaria

Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e Valorização do Magistério - CACS/FUNDEB; o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE; o Comitê Municipal de Transporte Escolar - CMTE; as Instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental I e de atendimento a Educação de Jovens e Adultos mantidas pelo Poder Público Municipal; as Instituições de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada; as Instituições de Ensino que vierem a ser criadas e mantidas pelo Município, atendida a legislação específica (Foz do Iguaçu, 2023). Através desse sistema, o município organiza a educação dentro de sua jurisdição, com funções normativas, consultivas, mobilizadoras e fiscalizadoras. O Conselho Municipal de Educação colabora diretamente com o governo local, ajudando a criar normas e tomar decisões importantes para garantir uma educação de qualidade e mais inclusiva para todos os estudantes da cidade.

Segundo o IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, o estado possui 399 cidades (Paraná, 2024) e Foz do Iguaçu é uma das 17 cidades com seu próprio Sistema Municipal de Ensino. Além disso, o Plano Municipal de Educação, constituído pela Lei Municipal 4.341, de 22 de junho de 2015, que apresenta metas para a expansão e qualidade do ensino, formação e valorização dos profissionais da educação, democratização da gestão e o financiamento da educação. O PME tem vigência de dez anos e é a base para as decisões políticas e administrativas da educação municipal.

Todo o sistema educacional é organizado em prol do bom funcionamento das escolas, sendo o atendimento dos alunos sua principal missão . A rede municipal é constituída por 50 escolas municipais que atendem do Infantil 5 até o 5º ano e 46 CMEIs – centro municipal de educação infantil, que atendem do berçário ao Infantil 5, onde estão matriculados aproximadamente 27 mil alunos e 3200 servidores (Foz do Iguaçu, 2025).

A tabela a seguir mostra o número de alunos Tea matriculados no município nos dois últimos anos:

Tabela 1: Número de alunos com transtorno do Espectro Autista

Ano	2023	2024
Educação Infantil	635	650
Ensino Fundamental	481	807
Total	1.116	1.457

Dados: smed 2025
Organização da autora

A tabela aponta um número crescente de matrículas de alunos com transtorno do espectro autista. No período em que foi realizada esta pesquisa, solicitamos dados de anos anteriores a 2023, no entanto, não conseguimos ter acesso a tais dados.

4.4. Uma escola Fronteiriça

As figuras a seguir são imagens da Escola João da Costa Viana e do Centro de Convivência Leonel de Moura Brizola. São imagens de espaços, eventos e atividades, que registram momentos importantes dessas unidades.

Figura 2: Fachada da entrada da escola

Fonte: imagem do autor

Figura 3: Atividade realizada em um dos pátios internos

Fonte: imagem do autor

Compreendendo o Sistema Municipal de Ensino, partimos agora para a escola onde foi realizada a pesquisa de campo. A Escola Municipal João da Costa Viana fica na Região Nordeste do Município, no bairro Três Lagoas, é maior escola da rede, com aproximadamente mil e duzentos alunos, matriculados do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação Infantil- Infantil 5.

O estabelecimento funciona desde 1966, mas foi fundado oficialmente apenas em 1969. A escola nasceu com um perfil rural para atender a demanda dos agricultores que estavam iniciando o povoamento da região. Acompanhando as mudanças ocorridas na cidade, precisou crescer e adaptar-se às novas realidades da comunidade e do município e hoje é a maior escola da cidade.

Na década de 60, atendia 40 alunos, todos filhos de agricultores da região; Esse número triplicou no início de 70, já não mantendo o perfil de escola rural; passou para 700 alunos na década de 80, para 1900 alunos na década de 90 e início de 2000; e mantendo-se com aproximadamente 1000 a 1200 matriculados a partir de 2010 (FERREIRA; SANTOS E SPENGLER, 2021, p.15-19). A figura a seguir é uma imagem da festa de 50 anos da fundação oficial da escola. Foi um evento ocorrido no ano de 2019 que movimentou a comunidade, repleto de lembranças e saudosismo.

Figura 4: Festa de 50 anos da escola

Fonte: imagem do autor

É importante destacar que a implantação do Centro de Convivência Leonel de Moura Brizola (CEB) no início da década de 2000, "revolucionou a dinâmica de atendimento da escola":

> O CEB é um centro educativo, esportivo e cultural fundamental para Três Lagoas e região. Atletas de destaque iniciaram sua jornada esportiva neste espaço e jovens criaram gosto pelo esporte através das atividades ali desenvolvidas.

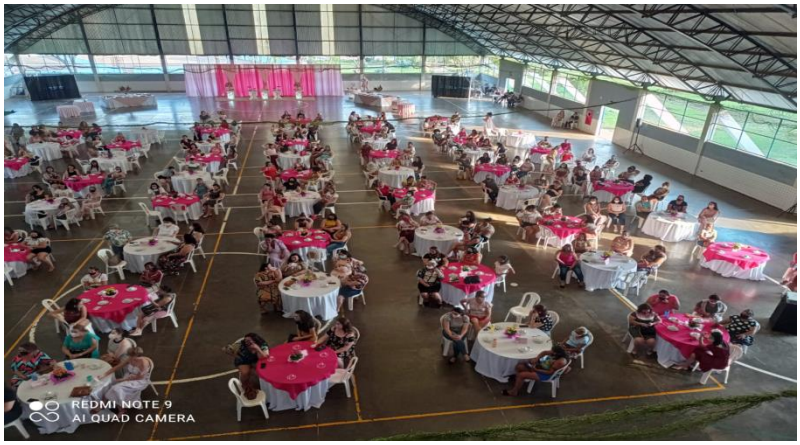
> Além disso, todas as festas, palestras, formaturas, apresentações da escola acontecem neste local, não seria possível realizar as ações grandiosas sem tal espaço (FERREIRA; SANTOS E SPENGLER, 2021, p. 20).

O CEB atende os alunos da escola no contraturno escolar com atividades de arte, esporte, música, inglês , espanhol, robótica, hidroginástica, jornada ampliada e as quadras são utilizadas para as aulas de Educação Física. As crianças estudam no horário matutino ou vespertino e tem a opção de, no outro período participar das atividades do CEB. Estas atividades no contraturno escolar são essenciais, especialmente porque são oferecidas em espaços públicos, de escola pública, oferecendo um ambiente seguro e supervisionado, evitando que as crianças fiquem sozinhas em casa. É um espaço onde se promove o exercício físico, essencial para a saúde e bem-estar, e onde é oportunizado o desenvolvimento de diversas habilidades como as sociais, cognitivas e emocionais, além das oportunidades de aprendizado e crescimento pessoal, contribuindo para uma formação mais completa e equilibrada.

Figura 5: Alunos e professores na quadra do CEB

Fonte: imagem do autor

Figura 6: Evento para a comunidade



Fonte: imagem do autor

A imagem apresentada a seguir é das quadras externas do Centro de Convivência Leonel de Moura Brizola, onde acontecem atividades recreativas e esportivas no turno e contraturno escolar. Essas quadras são utilizadas também para as aulas de Educação Física. Todos os espaços internos e externos do CEB são utilizados para o melhor desenvolvimentos dos alunos.

Figura 7: Quadras externas CEB

Fonte: imagem do autor

Os dados do SERE -Sistema Estadual de Registro Escolar- revelam um perfil diverso e rico para o estudo, pois deixam clara a diversidade cultural, linguística, religiosa e social e também o fluxo de entrada e saída de alunos na Escola Municipal João da Costa Viana. Dados que devem ser levados em consideração se o objetivo for oferecer educação de qualidade formar cidadãos conscientes de que sua "presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito da História" (Freire, 1996, p.28). Com as informações fornecidas e registradas no ato da matrícula, também é possível perceber que na escola existem muitos alunos com necessidade de atendimento especializado.

A tabela abaixo mostra o número de alunos da escola nos anos de 2023, 2024 e 2025, o número de alunos com laudo de Transtorno do Espectro Autista e ainda o número de alunos com laudos de outras deficiências como: deficiência intelectual (DI), deficiência física (DF), deficiência auditiva (DA) e atraso no desenvolvimento neuromotor.

Tabela 2: Número de alunos de 2023 a 2025 Escola João da Costa Viana

Ano	Número total de alunos da escola	Número de alunos com TEA	Número total de alunos com deficiências (DI/DF/DA/TEA) ou Atraso no desenvolvimento neuromotor
2023	1024	38	71
2024	1125	44	72
2025	1124	44	62

Dados: Sere
Organização da autora

A tabela fornece informações sobre o número total de alunos matriculados na escola João da Costa Viana, além de destacar aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com outras deficiências, ao longo dos anos de 2023, 2024 e 2025.

Em 2023, a escola contava com 1.024 alunos, dos quais 38 tinham diagnóstico de TEA, e o total de alunos com deficiências ou atraso no desenvolvimento neuromotor era 71. Em 2024, o número total de alunos aumentou para 1.125, com 44 alunos identificados com TEA, e o total de alunos com deficiências subiu ligeiramente para 72. No ano de 2025, o número total de alunos se manteve quase estável em 1.124, com 44 alunos com TEA, e o total de alunos com deficiências ou atrasos no desenvolvimento diminuiu para 62. Esses números indicam que nos últimos anos tem sido necessárias a adoção de estratégias diferenciadas para atender estas crianças.

O diagnóstico da comunidade escolar permite desenvolver ações pedagógicas que levam em consideração as necessidades dos alunos. A educação se realiza em relação a contextos e cenários socioculturais e produtivos, políticos e educativos, o que torna necessário para sua qualidade, o conhecimento e compreensão desses contextos pelos educadores e a inserção de seus conteúdos no currículo escolar (Lück, 2009, p. 20).

Nesse sentido, além dos dados contidos no SERE- Sistema Estadual de Registro Escolar, vamos analisar alguns dados contidos no PPP- Projeto Político Pedagógico, a fim construirmos uma compreensão maior desse espaço escolar.

O PPP traz informações sobre a composição da escola. A maioria dos alunos é composta por brasileiros, no entanto há uma parcela de estrangeiros provenientes do Paraguai, da Argentina e da Venezuela (PPP, 2024, p.13). Em relação a estrutura familiar é possível notar uma diversidade de composições e uma parcela considerável de crianças, 27,9% que vive apenas com a mãe (PPP, 2024, p.13)

> Essa diversidade de estruturas familiares e origens culturais reforça a necessidade de estratégias pedagógicas inclusivas, como aulas de reforço

> linguístico para facilitar a aquisição da língua portuguesa, criação de espaços para integração cultural, valorização das múltiplas configurações familiares e formação continuada para educadores sobre práticas acolhedoras (PPP, 2024, p.14).

Outro dado interessante que consta no PPP é a questão das moradias, o documento revela que 42% (30% em casas alugadas e 12% em casas cedidas) dos alunos não reside em casa própria, mas sim em casas alugadas ou cedidas, indicando que nesta região e consequentemente na escola, pode haver uma rotatividade, pois se a casa não é própria, a chance de mudanças em busca de novas moradias é maior. Em relação às moradias, foram mencionados na pesquisa tipos "como ocupação de área irregular", "beira de rio", ainda que essa parcela seja em menor proporção, há o indicativo de que existem famílias vivendo em áreas inapropriadas. Há ainda alguns pais que preferiram não informar o tipo de moradia (PPP, 2024, p.15).

Número expressivo, haja vista que o autismo não é único na listagem de laudos, há na unidade crianças com diagnósticos de outros transtornos e deficiências que devem ser atendidos de acordo com suas especificidades, exigindo do corpo docente qualificação e prepara maior para o trabalho.

"O conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos que caracterizam o Atendimento Educacional Especializado são organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação" (João da Costa Viana, 2025, p.157). Os alunos com laudo de tea, além de ter direito ao professor apoio, devem frequentar a sala de recursos multifuncional no contraturno escolar, de uma a quatro vezes por semana, de acordo com suas necessidades individuais. Os docentes da Sala de Recursos devem ter formação específica na área de Educação Especial e atendem a um número reduzido de alunos, a fim de proporcionar atendimento individualizado, com recursos diversos como jogos educativos, brincadeiras e mídias.

A escola desenvolve diversos projetos que envolvem não apenas aos alunos, mas a comunidade e funciona em parceria com Centro de Convivência Leonel de Moura Brizola. Dentre os projetos podemos destacar:

- Dengue, aqui não!: um trabalho constante de conscientização e combate a dengue.
- Maio Amarelo: de conscientização em relação ao trânsito.
- Integração Família/Escola: durante todo o ano são realizadas atividades com o intuito de intensificar a relação família e escola, são palestras, reuniões e eventos, onde a participação da família é fundamental.

- Programa de Atividade Complementar Curricular em Contraturno: oferta de atividades no contraturno escolar.
- Semana da Criança: o mês de outubro tem uma programação especial voltada as crianças, com alimentação especial, jogos e brincadeiras.
- Festa das Tradições Populares: a escola promove eventos grandes que envolvem a comunidade e onde há apresentações culturais, são festas aguardadas pelas famílias.
- Incentivo à Leitura: acontece durante todo o ano, são diversas atividades especiais voltadas ao incentivo a leitura, como, sacolinha de livros, cantinho da leitura, entre outros.
- Roda de conversa família e escola: um projeto voltado aos pais dos alunos com algum tipo de deficiência. Este projeto possibilita o acolhimento dos pais e incentiva o diálogo constante.

Os projetos visam não só a aprendizagem dos alunos, mas o envolvimento da comunidade nas atividades escolares.

5. PERCURSO METODOLÓGICO E RESULTADOS DA PESQUISA

5.1. Metodologia

Este trabalho foi composto de ampla revisão bibliográfica, visando entender a história do autismo ao longo das décadas, a evolução em relação ao diagnóstico, considerando também artigos e dissertações atuais sobre a temática.

Um dos capítulos foi destinado a tratar das legislações referentes ao tema, a fim de compreender as políticas e implicações envolvidas no processo de atendimento dos alunos autistas, ressaltando que tais políticas públicas afetam diretamente a forma como se dá o processo pedagógico que acontece na sala de aula.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 30) "A pesquisa é um conjunto de processos sistemáticos, críticos e empíricos aplicados ao estudo de um fenômeno." O presente estudo visa compreender o atendimento dos alunos Tea na rede municipal de educação do município de Foz do Iguaçu, levando em consideração o ponto de vista do professor.

A segunda parte do trabalho foi composta por um estudo de campo que aconteceu na escola João da Costa Viana, na qual os professores que atendem alunos com laudo de tea, responderam um questionário semiestruturado; também responderam a pesquisa a direção e coordenação pedagógica da unidade e dois membros da Secretaria Municipal de Educação Especial.

Este estudo tem enfoque qualitativo e natureza exploratória, buscando compreender a perspectiva dos participantes, seu ponto de vista e opiniões sobre os fenômenos que os rodeiam (Sampieri, Collado e Lucio, p. 376, 2013).

> toda pesquisa tem como intencionalidade indagar algo a partir de uma problemática vivenciada no contexto social, tendo como objetivo responder à pergunta problema e as preocupações de elaborar novos conhecimentos que possibilitem compreender/transformar a real condição do que está sendo estudado (Souza e Santos, p.1398, 2020).

Uma das metodologias mais influentes na análise de dados qualitativos é a análise de conteúdo, conforme sistematizada por Laurence Bardin (2011). O método oferece um conjunto estruturado de procedimentos para a análise de dados textuais, permitindo que os pesquisadores identifiquem categorias, temas e padrões emergentes a partir das narrativas dos participantes e é amplamente utilizada para interpretar dados de entrevistas,

questionários abertos, documentos e outras fontes textuais, proporcionando uma compreensão rica e contextualizada dos dados.

A análise do material coletado nesta pesquisa seguiu o método de Bardin, que Souza e Santos apresentam de forma resumida em alguns passos: a pré-análise é constituída por leitura flutuante, escolha de documentos, (re)formulações de objetivos, hipóteses e a formulação de indicadores; a exploração do matérias consiste na criação de categorias; e o tratamento dos resultados são a interpretação dos resultados (Souza e Santos, p.1401, 2020).

A pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica essencial para explorar e compreender fenômenos sociais e educacionais em profundidade, pois foca nas experiências, percepções e significados atribuídos pelos indivíduos a determinados fenômenos. Essa abordagem é particularmente valiosa em contextos educacionais, onde as interações humanas e as dinâmicas sociais desempenham um papel central, que culmina perfeitamente com a natureza deste trabalho.

A importância da pesquisa qualitativa, aliada ao método de Bardin, reside na sua capacidade de revelar nuances e complexidades que podem não ser capturadas por abordagens quantitativas. No contexto da educação inclusiva, por exemplo, a pesquisa qualitativa permite explorar as percepções e experiências de professores, alunos e famílias em relação ao atendimento de alunos autistas. Através da análise de conteúdo, é possível identificar as principais preocupações, desafios e estratégias adotadas pelos educadores, bem como compreender as dinâmicas de interação entre os diferentes atores envolvidos.

Além disso, a pesquisa qualitativa oferece uma plataforma para dar voz aos participantes, permitindo que suas experiências e perspectivas sejam ouvidas e consideradas no desenvolvimento de políticas e práticas educacionais. Ao utilizar o método de Bardin, os pesquisadores podem sistematizar essas vozes de maneira rigorosa, garantindo que as conclusões sejam fundamentadas em evidências sólidas e representativas.

Em suma, a pesquisa qualitativa, em conjunto com a análise de conteúdo de Bardin, é uma ferramenta poderosa para explorar e compreender a complexidade dos fenômenos educacionais e sociais. Os resultados são valiosos e podem indicar a práticas educativas mais adequadas, promover a inclusão e contribuir para a formulação de políticas mais eficazes e sensíveis às necessidades dos indivíduos. Os resultados podem também indicar

possíveis falhas no processo de inclusão do aluno tea nas escolas e indicar serviços essenciais para que o atendimento seja realmente eficaz.

Com os resultados coletados nos questionários foi possível analisar a perspectiva do professor que atende o aluno autista, realizando um paralelo entre o que o aluno autista necessita e o que os profissionais conseguem realizar, compreendendo como acontece processo pedagógico e as possíveis interferências externas que interferem no processo.

5.2. Questionário da pesquisa

Os participantes da pesquisa são professores de diversas áreas, que trabalham com alunos com transtorno do espectro autista. Responderam ao questionário 54 professores que trabalham com crianças autistas, estes profissionais desempenham os cargos de professor, professor apoio, professor de Educação Física, professor de informática, coordenador pedagógico, diretor e dois são representantes da secretaria municipal de educação.

Foram aplicados dois tipos de questionário: o primeiro dirigido aos professores, coordenadores e direção da escola; o segundo dirigido à representantes da Secretaria Municipal de Educação. O primeiro questionário é composto de três blocos, totalizando onze questões e compostos da seguinte maneira:

Bloco 1: três questões de múltipla escolha referentes à formação profissional;

Bloco 2: quatro questões de múltipla escolha referentes à formação continuada em relação ao autismo e ações pedagógicas;

Bloco 3: quatro questões abertas sobre a percepção dos profissionais em relação à possibilidades e desafios no atendimento dos alunos autistas e sobre os fatores externos que podem afetar o processo de ensino e aprendizagem.

O segundo questionário é composto de três blocos, totalizando oito questões e compostos da seguinte forma:

Bloco 1: três questões de múltipla escolha referentes à formação profissional;

Bloco 2: duas questões de múltipla escolha referentes à formação continuada em relação ao autismo ofertada pelo município e sobre as ações pedagógicas;

Bloco 3: três questões abertas sobre as possibilidades e os desafios no atendimento dos alunos autistas na rede municipal de ensino e sobre os fatores externos que podem afetar o atendimento dos alunos autistas matriculados na rede.

Os questionários de pesquisa e o Termo de Consentimento livre e esclarecido (TCL) foram entregues pessoalmente pela pesquisadora na segunda quinzena de setembro de 2024 e foram recolhidos até a primeira quinzena de outubro do mesmo ano. A pesquisadora ficou a disposição para que os pesquisados tirassem possíveis dúvidas ou necessitassem de qualquer esclarecimento, durante todo o período de pesquisa.

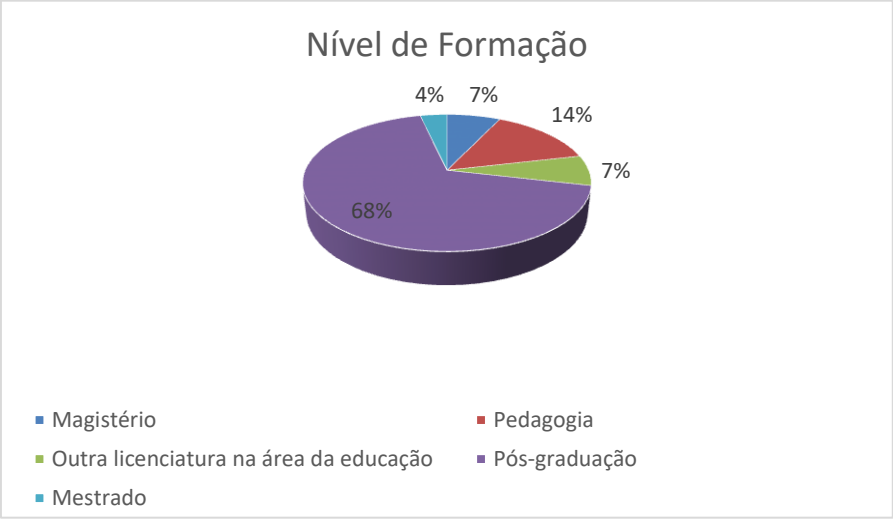
Os blocos 1 e 2 fornecem dados em relação formação dos professores, seu vínculo empregatício com a prefeitura de Foz do Iguaçu, a experiência profissional, sobre à formação continuada com tema autismo; o Bloco 3 permite aos pesquisados contribuir com suas experiências de sala de aula no atendimento de alunos tea, indicando, sob sua perspectiva os limites e as possibilidades no trabalho.

Esta pesquisa visa contribuir positivamente para a educação de Foz do Iguaçu e com o atendimento dos alunos autistas, pois evidenciará a percepção dos professores da rede em relação ao trabalho diário com alunos permitindo que o docente exprima sua opinião em relação ao que consegue realizar satisfatoriamente e ao que ainda representa dificuldade ou limite.

5.3. Resultados da pesquisa: blocos 1 e 2

Analisaremos os resultados obtidos nos questionários. Os gráficos 1, 2 e 3 mostram a caracterização dos pesquisados e são resultado do primeiro bloco de questões, todas de múltipla escolha.

Gráfico 1: nível de formação



Fonte: dados da pesquisa (2024)

O gráfico 1 mostra o nível de formação dos pesquisados. A pergunta do questionário solicitava que marcassem o seu nível mais alto de formação e o resultado foi o seguinte: 4 professores tem apenas o magistério concluído, o que representa 7% do quadro; 8 professores tem apenas o curso de pedagogia, o que representa 14% do quadro; quatro professores tem formação em outra licenciatura na área de educação, o que representa 7%; 38 entrevistados possuem pós-graduação lato senso, ou seja, 68% do total; dois possuem mestrado, o que significa um percentual de 4% do total e não há professores doutores na instituição.

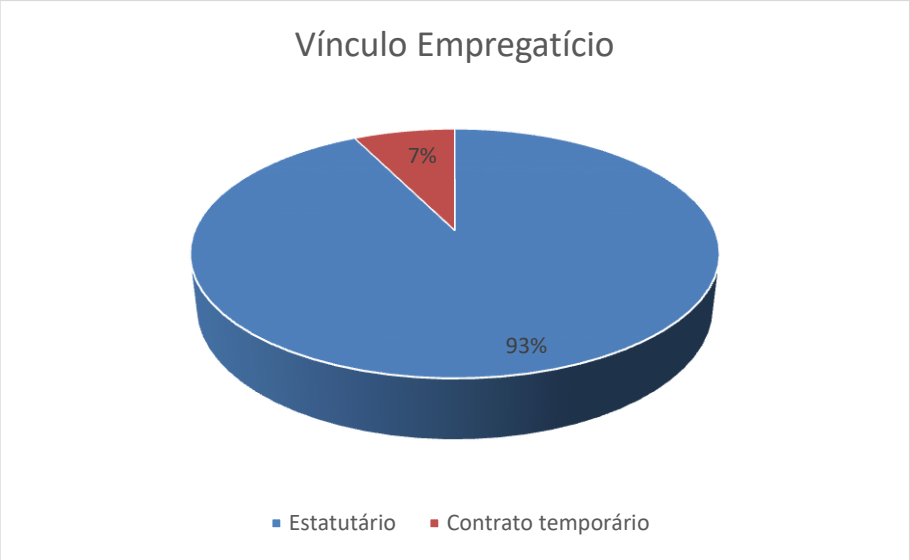
É provável que os professores que possuam apenas o magistério estejam ocupando o cargo de professor apoio, pois para o cargo não é exigido ensino superior, podendo um estagiário estar desempenhando a função; outra hipótese é que os profissionais que marcaram a opção magistério estejam cursando o ensino superior; e há ainda os profissionais que fizeram magistério e fizeram graduação em outras áreas fora da educação.

Os pesquisados que assinalaram a opção pedagogia ou outra licenciatura como nível mais alto de formação constituem 21% do quadro docente. Embora a maioria tenha pós-graduação, há uma diversidade de formações entre os professores e essa diversidade pode enriquecer o ambiente educacional, trazendo diferentes perspectivas e abordagens pedagógicas, já que o quadro é constituído por profissionais de várias áreas do conhecimento.

A grande maioria, 68% dos professores possuem pós-graduação, o que é um ponto muito positivo em relação à formação, pois estão buscando aperfeiçoamento. Se considerarmos os profissionais com nível superior nas áreas de licenciatura, os números representam um quadro de 96% de professores com nível superior, 72% com pós-graduação entre lato senso e stricto senso, com destaque para esta parcela de 4% com mestrado, indicando um quadro de educadores buscando formação e crescimento profissional, refletindo positivamente na qualidade do ensino oferecido, pois professores mais qualificados são fundamentais para o desenvolvimento de práticas educativas e inovadoras e para o aprendizado dos alunos.

A alta porcentagem de professores com pós-graduação pode influenciar positivamente a prática educacional, introduzindo novas metodologias e práticas baseadas em pesquisas recentes. Isso pode ser explorado como um fator que contribui para a inovação pedagógica na instituição.

Gráfico 2: Vínculo empregatício



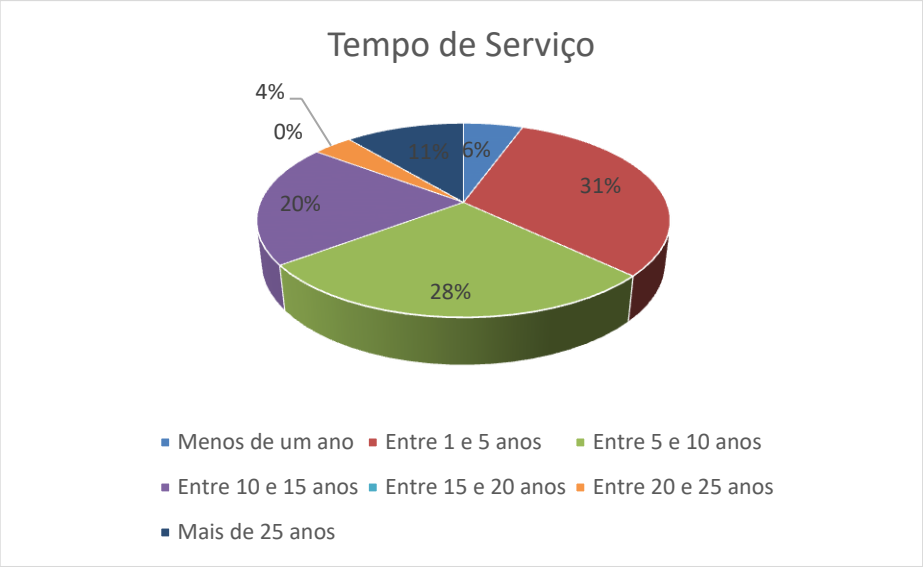
Fonte: dados da pesquisa (2024)

Dos 54 participantes da pesquisa, 50 possuem vínculo empregatício permanente como estatutários e quatro são temporários. É notável que a grande maioria do quadro de professores é constituída por estatutários, 93% de profissionais que realizaram concurso público e constituem o quadro fixo da rede de ensino. É um ponto positivo indicando certa estabilidade ao sistema. Os funcionários estatutários, mesmo que mudem de escola, levam a bagagem de experiência e os cursos de formação continuada para outras unidades dentro da própria rede, o que ajuda no aperfeiçoamento profissional e consequentemente, na melhoria do ensino e aprendizagem.

As vantagens de um quadro funcional composto por servidores estatutários são a estabilidade e segurança no emprego, compromisso a longo prazo, compromisso com o serviço público, conhecimentos acumulados, benefícios e direitos garantidos e menor rotatividade no exercício das funções; quanto ao pedagógico, ressalta-se o fato de pertencer a comunidade, desenvolver um projeto a longo prazo e de efeito nesse espaço, o que que não é possível quando há rotatividade professores ou contrato fragmentado.

O ideal é que todos os professores que atendem aos alunos autistas tivessem a devida preparação, conforme a normativa 001/2016 do Estado do Paraná estabelece, no entanto, como no município de Foz do Iguaçu, o cargo de professor apoio pode ser exercido até mesmo por um estagiário, aluno de magistério, pode ocorrer que a função seja exercida por um profissional ainda não habilitado sem formação adequada.

Gráfico 3: Tempo de serviço professores



Fonte: dados da pesquisa (2024)

O gráfico de tempo de serviço revela uma distribuição interessante entre os funcionários da instituição. A maior parte dos colaboradores, 31%, está na faixa de 1 a 5 anos de serviço, indicando uma presença significativa de funcionários relativamente novos. Isso pode sugerir uma fase de renovação ou expansão recente no quadro de pessoal.

Além disso, 28% dos funcionários têm entre 5 e 10 anos de serviço, o que demonstra uma boa retenção após os primeiros anos, possivelmente refletindo um ambiente de trabalho satisfatório que incentiva a permanência.

Os funcionários com 10 a 15 anos de serviço representam 20%, mostrando uma base sólida de experiência acumulada. No entanto, a porcentagem diminui para 11% entre 15 e 20 anos e 6% entre 20 e 25 anos, indicando uma redução gradual na retenção à medida que o tempo de serviço aumenta.

Apenas 4% dos funcionários têm mais de 25 anos de serviço, o que pode refletir aposentadorias ou transições naturais de carreira. Notavelmente, não há funcionários com menos de um ano de serviço, sugerindo estabilidade recente no quadro de pessoal.

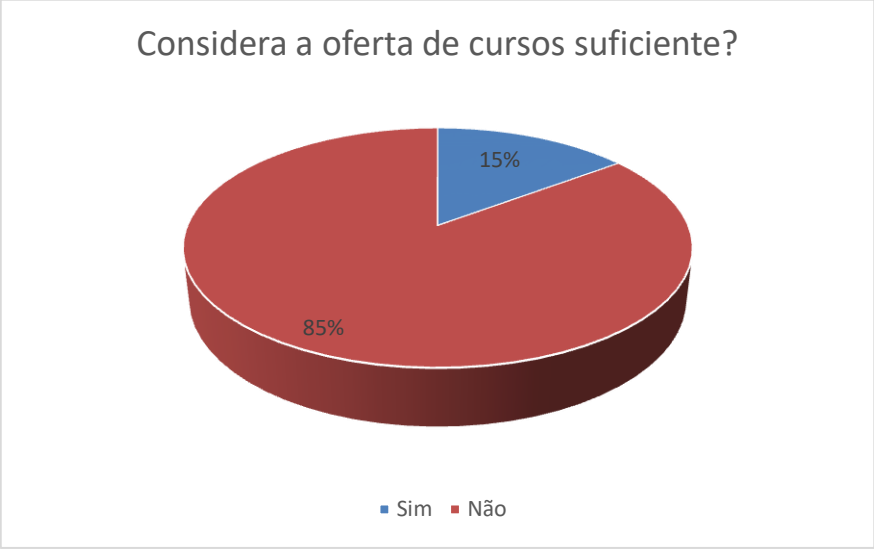
Os números indicam que a maioria do quadro tem no máximo dez anos de serviço na rede, ou seja, 65% destes professores. Já se forem considerados os que tem mais de vinte anos de serviço, o percentual é de 15%. Os números indicam uma grande diferença entre os que estão iniciando a carreira no magistério e os que estão em final de carreira, um quadro em renovação.

Esses dados, portanto, são fundamentais para planejar e programar estratégias eficazes de atendimento a alunos autistas, garantindo que suas necessidades sejam atendidas de maneira adequada e contínua. Também são importantes para implementação políticas de formação contínua para os profissionais da educação.

Nos gráficos 4, 5 e 6 estão organizados os resultados das perguntas sobre a oferta de cursos com a temática autismo, sobre o nível de conhecimento que o professor considera ter sobre a temática e sua percepção em relação a contribuição das ações pedagógicas escolares para o desenvolvimento do aluno autista.

O gráfico a seguir trata sobre percepção dos professores em relação à oferta de cursos com a temática do Transtorno do Espectro Autista. A pergunta: Em relação aos cursos de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação, você considera suficiente a oferta de cursos com a temática autismo?

Gráfico 4: Sobre a oferta de cursos



Fonte: dados da pesquisa (2024)

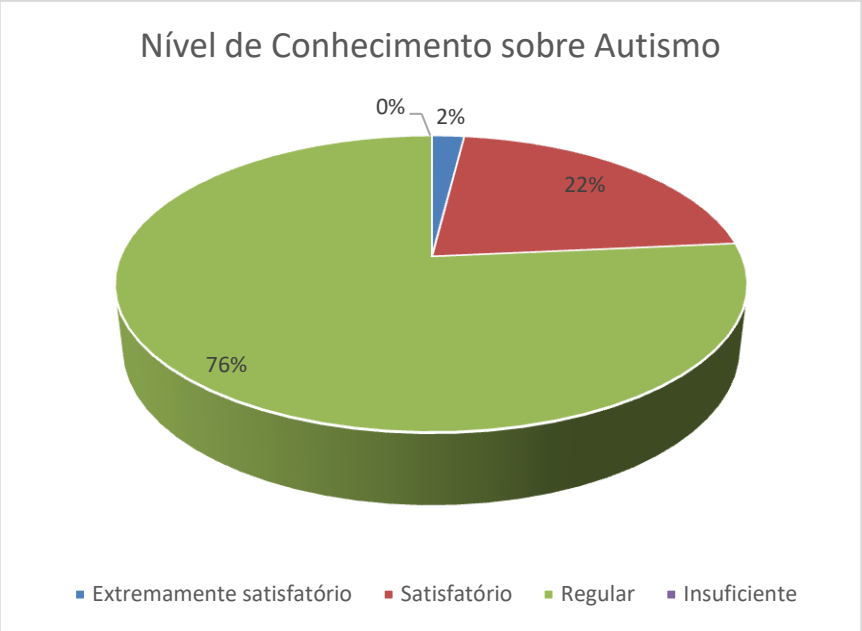
Como se pode observar 85% dos professores consideram a oferta de cursos insuficiente: Isso indica uma demanda significativa por mais oportunidades de formação continuada nessa área. A maioria dos professores sente que precisa de mais recursos e capacitação para atender adequadamente alunos com autismo.

Já os 15% que consideram a oferta suficiente, podem representar uma pequena parcela com a quantidade de cursos oferecidos, o que pode refletir experiências individuais positivas ou diferentes necessidades de formação.

O claramente é demonstrado pelo gráfico é que maioria dos professores necessita de maior oferta de cursos de formação por parte de SMED. Esses dados sugerem a necessidade de ampliar a oferta desses cursos e capacitações sobre autismo, para melhor equipar os professores a lidar com as necessidades específicas desses alunos.

O gráfico 5 é sobre a percepção do professor em relação ao seu nível de conhecimento em relação ao autismo. A pergunta: Como você considera o seu nível de conhecimento sobre o autismo? E o resultado foi o seguinte:

Gráfico 5: Conhecimento sobre autismo declarado pelos professores



Fonte: dados da pesquisa (2024)

Apenas 1 professor, 2%, se considera extremamente bem informado sobre autismo, indicando que poucos se sentem altamente capacitados.

Responderam “satisfatório” para seu nível de conhecimento, 11 professores, ou 22% dos pesquisados. Estes consideram seu conhecimento suficiente para exercer seu trabalho, o que é positivo, mas ainda representa uma minoria.

A maioria, 39 professores, ou 39%, considera seu conhecimento regular. Isso sugere que muitos se sentem apenas moderadamente preparados, mais uma vez indicando a necessidade de mais formação e recursos. Nenhum professor se considera insuficientemente informado, o que é um ponto positivo.

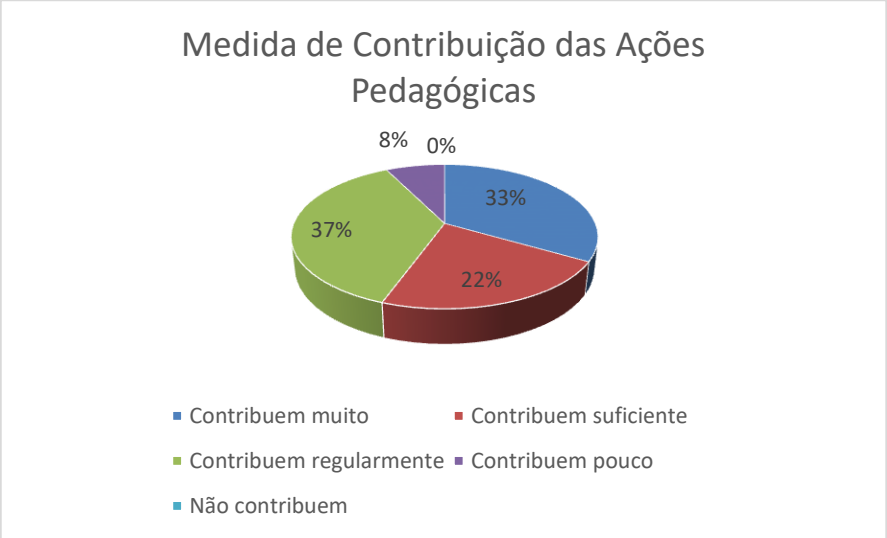
Esses dados indicam que, embora nenhum professor se sinta mal informado, a maioria se vê como tendo um conhecimento apenas regular sobre autismo. Isso destaca a necessidade de aumentar a capacitação e oferecer mais recursos educacionais para elevar o nível de confiança e competência dos professores no atendimento a alunos com autismo

Essas análises podem ajudar a identificar áreas de melhoria e desenvolvimento na formação e suporte aos professores, especialmente no contexto do atendimento a alunos com autismo. Com 76% do quadro de profissionais que atendem alunos tea afirmando que consideram seu conhecimento sobre o transtorno regular, é um indício forte de que a oferta de formação precisa ser ampliada e que estes profissionais precisam ter condições de realizar estas formações.

Outro agravante é que em si o Transtorno do Espectro autista já é complexo, devido a diversidades de características, o nível de suporte e a individualidade que torna cada criança com características únicas. Nesse sentido, um quadro com formação adequada e seguro para atender é primordial.

O gráfico 6 é o resultado do questionamento sobre as considerações do professor em relação à contribuição das ações pedagógicas escolares para o desenvolvimento do aluno autista. A pergunta: Em que medida você considera que as ações pedagógicas escolares contribuem para o desenvolvimento do aluno autista?

Gráfico 6: Contribuição das ações pedagógicas



Fonte: dados da pesquisa (2024)

Um terço dos entrevistados, 33%, acredita que as ações pedagógicas contribuem muito para o desenvolvimento dos alunos autistas, o que é um ponto positivo. O fato de estar na escola, socializar e ter acesso a convivência em grupo, além das questões de ensino e aprendizagem, são extremamente necessários para que todas as crianças se desenvolvam, em especial no caso do Tea, o aluno tem a oportunidade de desenvolver habilidades que dificilmente seriam trabalhadas apenas no meio familiar. É imprescindível que os professores tenham a noção de que o trabalho desempenhado pela escola é fundamental para o aluno.

Outro dado levantado é que 37% consideram que as ações contribuem regularmente, sugerindo que há impacto, mas ainda há espaço para melhorias. Este dado, juntamente com os dados dos gráficos anteriores 4 e 5, pode sugerir mais uma vez a necessidade da oferta de capacitação.

Os que acham que as ações contribuem de forma suficiente somam 22%. E 8% acreditam que as ações pedagógicas contribuem pouco, destacando a necessidade de revisão e melhoria das práticas.

A análise dos gráficos de 1 a 6 revela dados importantes sobre a formação e experiência dos professores, assim como, suas percepções em relação à oferta de cursos sobre autismo, e o impacto das ações pedagógicas. A maioria dos participantes da pesquisa tem entre 1 e 10 anos de serviço, uma equipe relativamente nova, mas com uma base sólida de experiência. Sobre a oferta de cursos com o tema austimo, 85% dos professores considera insuficiente, destacando uma necessidade crítica de mais formação. Em relação ao próprio conhecimento sobre autismo, 76% julgam seu conhecimento regular, indicando a necessidade de mais capacitação. Quanto à contribuição das ações pedagógicas, 33% acreditam que contribuem muito para o desenvolvimento dos alunos autistas, enquanto 37% veem uma contribuição regular. Fica claro que, embora as ações pedagógicas sejam vistas como benéficas, há oportunidades para aumentar sua eficácia e impacto, especialmente através de maior formação e capacitação específica com a temática autismo.

5.4 Resultados da pesquisa: blocos III – questões abertas

O terceiro bloco é constituído de questões abertas, onde cada participante teve a oportunidade de descrever suas respostas. O objetivo deste terceiro bloco é que os professores conseguissem elencar as possibilidades e os limites no atendimento do aluno

tea e que indicassem a relevância de alguns fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem destes alunos, como a oferta de professor apoio, o acesso à atendimentos complementares e até mesmo a estrutura da escola.

As respostas dos pesquisados refletem as suas percepções, sua ótica em relação ao atendimento desses alunos. As questões abertas propiciam ao professor expressar seus pensamentos, angústias, experiências e vivências.

A primeira pergunta do Bloco III foi formulada da seguinte maneira: “De acordo com sua percepção, indique as possibilidades no atendimento do aluno autista na escola:”

Com base nas respostas dos entrevistados, foi possível identificar algumas categorias principais de possibilidades que os professores veem para o atendimento de alunos tea na escola. As categorias mais comuns que emergem das respostas:

1. Inclusão e Socialização: A maioria dos professores mencionaram a importância da inclusão e socialização dos alunos autistas, destacando a necessidade de promover um ambiente onde eles possam interagir com outros alunos.
2. Professor Apoio e Capacitação: A presença de um professor de apoio e a capacitação dos docentes são frequentemente mencionadas como essenciais para atender adequadamente os alunos autistas.
3. Adaptação Curricular e Flexibilização: Vários professores falaram sobre a necessidade de adaptar o currículo e flexibilizar as atividades e avaliações para atender às necessidades individuais dos alunos autistas.
4. Ambiente Estruturado e Rotina: A criação de um ambiente adequado e estruturado, com uma rotina clara, é vista como uma estratégia importante para ajudar os alunos autistas a se sentirem mais confortáveis e seguros.
5. Envolvimento da Família: O envolvimento e a colaboração com as famílias dos alunos autistas são considerados cruciais para o sucesso do atendimento escolar.
6. Recursos e Materiais Adaptados: A utilização de materiais pedagógicos adaptados e recursos visuais é frequentemente mencionada como uma forma de facilitar a aprendizagem dos alunos autistas.
7. Sala de Recursos e Atendimento Individualizado: A existência de salas de recursos e a oferta de atendimento individualizado são vistas como importantes para atender às necessidades específicas dos alunos.

8. Desenvolvimento de Habilidades e Autonomia: Os professores destacaram a importância de trabalhar no desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e motoras, bem como na promoção da autonomia dos alunos autistas.

Essas categorias podem servir como base para uma análise mais aprofundada dos dados, ajudando a identificar áreas prioritárias para intervenção e desenvolvimento de estratégias na escola e são reflexo do que o professor que trabalha diariamente com o aluno acredita ser uma possibilidade.

Algumas palavras apareceram várias vezes nas respostas e refletem as principais preocupações e estratégias mencionadas pelos professores em relação ao atendimento de alunos autistas. A tabela a seguir organiza os temas de acordo com a frequência com que foram mencionados nas respostas, facilitando a visualização das prioridades e áreas de foco apontadas pelos professores.

Tabela 3: Frequência nas respostas da 1ª pergunta do Bloco III

Palavra	**Frequência**
Professor Apoio	22
Socialização/Socializar	15
Inclusão	11
Rotina	11
Adaptação Curricular/Atividades Adaptadas	10
Capacitação/Formação dos Professores	9
Sala de Recursos	9
Ambiente Adequado/Estruturado	8
Interação Social	7
Envolvimento/Colaboração da Família	6
Flexibilização	6
Atendimento Individualizado	5
Materiais Pedagógicos/Adaptados	5
Desenvolvimento de Habilidades/Competências	4
Rede de apoio	3

Fonte: dados da pesquisa
Organização da autora

Com base na frequência das palavras e temas mencionados, podemos inferir algumas prioridades e áreas de foco para o atendimento de alunos autistas nas escolas. A presença de um "professor de apoio" é vista como a necessidade mais frequente, indicando que os educadores consideram essencial ter suporte adicional para atender às necessidades específicas destes alunos. A "socialização" é uma prioridade significativa, refletindo a importância de integrar alunos autistas em atividades que promovam interações com seus

pares. A “inclusão” é um princípio fundamental que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou desafios, tenham acesso equitativo à educação de qualidade, não é apenas uma questão de acesso físico às salas de aula regulares, mas também de participação plena e significativa em todas as atividades escolares.

Em relação às possibilidades apresentadas pelos entrevistados, foi possível notar que algumas se referem ao ambiente e estrutura física, outras se referem diretamente ao que pode ser feito dirigido ao aluno e ainda, são apontadas possibilidades para os professores e famílias. Essas categorias ajudam a organizar as diferentes estratégias e recursos mencionados pelos professores, facilitando a identificação de áreas específicas de intervenção e desenvolvimento. Com base nas respostas, as seguintes categorias se destacam:

Possibilidades nas adaptações físicas e estruturais:

- Área física adaptada;
- Ambiente adequado e silencioso;
- Organização do espaço;
- Reduzir estímulos visuais e sonoros;
- Sala de recursos.

Possibilidades dirigidas aos alunos:

- Socialização/Socializar; Convívio social; Interação social;
- Inclusão;
- Estabelecer rotina;
- Atividades lúdicas;
- Desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e motoras;
- Desenvolvimento da comunicação verbal e não verbal;
- Desenvolvimento de autonomia;
- Controle das emoções;
- Coordenação motora;
- Trabalhar regras;
- Estimulação do pensamento lógico.

Possibilidades para os alunos com auxílio do professor:

- Plano de ensino individualizado;
- Adaptação curricular;
- Flexibilização de conteúdos;
- Atividades adaptadas;
- Atendimento individualizado;
- Flexibilização de atividades e avaliação
- Utilização de recursos visuais;

Possibilidades para os professores:

- Auxilio do professor apoio;
- Capacitação e formação continuada;
- Acompanhamento com equipe especializada;
- Rede de apoio;
- Envolvimento/Colaboração da família.

Possibilidades envolvendo as famílias:

- Parceria família e escola;
- Práticas inclusivas dentro e fora da escola;
- Acompanhamento com psicopedagogo e outros profissionais de saúde;
- Suporte para as famílias.

Dentre as possibilidades apontadas, algumas ocorrem de forma natural, apenas pelo fato do aluno estar na escola, como por exemplo, a socialização, o desenvolvimento de habilidades sociais e a melhora na comunicação. Outras dependem do esforço e dedicação dos profissionais da educação, adaptando e flexibilizando atividades e avaliações, utilizando todos os recursos disponíveis para que o aluno alcance pleno desenvolvimento. Há ainda as que demandam aplicação de recursos financeiros e planejamento, além de uma política voltada para a inclusão, priorizando prédios bem estruturados e preparados para atender às necessidades individuais, investimentos em formação constante dos profissionais da educação, além da rede de apoio que deveria existir para auxiliar, mediar e facilitar os atendimentos com estes alunos, como os tratamentos complementares de saúde, rede de apoio para família. Não é possível apenas contar com o esforço do professor e profissionais da educação para alcançar os resultados satisfatórios na inclusão, são

necessárias política sérias e principalmente investimentos reais que garantam que os diretos sejam garantidos.

A segunda questão do Bloco III foi formulada da seguinte maneira: “De acordo com sua percepção, indique os limites do atendimento do aluno autista na escola:”

Com base nas respostas fornecidas pelos entrevistados sobre os limites no atendimento de alunos autistas nas escolas, podemos identificar várias áreas de dificuldade que os professores enfrentam. A pesquisa revelou uma série de desafios enfrentados pelos professores no atendimento de alunos autistas, destacando os limites que impactam a eficácia das práticas educacionais inclusivas. As respostas dos entrevistados apontam para os seguintes fatores:

1. Recursos e Infraestrutura Insuficientes: Dentre os desafios frequentemente mencionados é a falta de recursos adequados, incluindo materiais pedagógicos adaptados e tecnologia assistiva. A escassez de materiais específicos para alunos com TEA limita a capacidade dos professores de personalizar o ensino e atender às necessidades individuais dos alunos. Além disso, a infraestrutura escolar muitas vezes não é adequada para acomodar alunos autistas, com salas superlotadas e ambientes que não são sensorialmente amigáveis.

2. Formação e Capacitação dos Professores: A falta de formação adequada e contínua para os professores é um limite significativo. Muitos educadores se sentem despreparados para lidar com as especificidades do TEA, o que pode comprometer a implementação de estratégias de ensino eficazes. A necessidade de capacitação especializada é crucial para equipar os professores com as habilidades necessárias para apoiar alunos autistas.

3. Apoio Especializado e Multidisciplinar: A ausência de apoio de profissionais especializados, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, foi destacada como uma dificuldade. A falta de uma equipe multiprofissional na escola impede o atendimento holístico e integrado tão necessário ao bom atendimento. Além disso, a falta de terapias complementares e acompanhamento médico adequado são barreiras significativas para o desenvolvimento dos alunos.

4. Colaboração com as Famílias: A dificuldade em estabelecer uma parceria eficaz com as famílias dos alunos autistas é um desafio mencionado por vários professores. A falta de envolvimento familiar pode dificultar a implementação de rotinas consistentes e estratégias de apoio tanto na escola quanto em casa.

5. Currículo e Avaliações Inflexíveis: A rigidez do currículo e das avaliações de larga escala é vista como um obstáculo para a inclusão efetiva de alunos autistas. A necessidade

de flexibilização e adaptação curricular é essencial para acomodar diferentes estilos de aprendizagem e níveis de habilidade.

6. Sobrecarga e Organização Escolar: Professores sobrecarregados, turmas grandes e a falta de tempo para preparar atividades adaptadas são desafios que afetam a qualidade do atendimento. A organização do ambiente escolar, incluindo a gestão do barulho e a estruturação de rotinas, é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo.

Esses limites destacam a necessidade urgente de investimentos em recursos, formação e infraestrutura, bem como a importância de uma abordagem colaborativa que envolva toda a comunidade escolar. Ao abordar essas dificuldades, as escolas podem criar um ambiente mais inclusivo e eficaz para o atendimento de alunos autistas, promovendo seu desenvolvimento acadêmico e social.

A tabela a seguir Essa reflete a prioridade dada à necessidade de suporte abrangente e tratamento adequado para alunos autistas, conforme identificado nas respostas dos professores. Ela foi formulada levando em consideração palavras ou expressões que mais apareceram nas respostas:

Tabela 4: Frequência de palavras ou expressões da 2ª questão do bloco III

Palavras ou expressões	**Frequência**
Falta de suporte/apoio (adequado/especializado/multidisciplinar), terapias/atendimentos complementares e tratamento de saúde adequado	17
Falta de formação/capacitação (adequada/insuficiente)	13
Falta de professor apoio	9
Falta de recursos/materiais (adequados/específicos)	9
Falta de estrutura/infraestrutura (adequada)	6
Inflexibilidade (currículo/avaliações)	5
Desregulação	4
Falta de parceria/colaboração com a família	4
Número elevado de alunos/turmas grandes	4
Falta de conhecimento sobre o autismo	2
Falta de políticas públicas eficazes	2

Fonte: dados da pesquisa
Organização da autora

As palavras ou expressões da tabela revelam que principal preocupação é a falta de suporte especializado e terapias adequadas, em seguida, a insuficiência de formação dos

profissionais; A ausência de professores de apoio é comumente mencionada, assim como a carência de recursos e a inadequação da infraestrutura escolar; A rigidez dos currículos e métodos de avaliação limita a adaptabilidade necessária para atender esses alunos; a desregulação é apontada como um fator relevante, assim como a falta de parceria com as famílias e o tamanho das turmas são obstáculos importantes; A falta de conhecimento sobre o autismo e a ausência de políticas públicas eficazes também foram mencionadas, indicando áreas que precisam de melhorias.

A terceira pergunta do bloco III foi a seguinte: “Qual a importância do professor apoio para o processo de ensino e aprendizagem do aluno autista?”

De acordo com as respostas fornecidas, foi possível organizar e interpretar as opiniões dos professores sobre a importância do professor apoio no processo de ensino e aprendizagem de alunos autistas nas seguintes categorias:

1. Suporte Individualizado e Personalizado: Muitos professores destacam a importância do professor de apoio em oferecer suporte individualizado, adaptando atividades e estratégias pedagógicas às necessidades específicas de cada aluno.
2. Mediação e Integração: esse profissional é visto como um mediador essencial que facilita a integração e adaptação do aluno no ambiente escolar, promovendo interações sociais e comportamentais.
3. Facilitação da Inclusão e Participação: A presença do professor apoio é crucial para garantir a inclusão e participação plena dos alunos autistas nas atividades escolares, respeitando seu ritmo e particularidades.
4. Apoio ao Professor Regente: O professor apoio auxilia o professor regente, permitindo um atendimento mais eficaz e individualizado.
5. Desenvolvimento de Autonomia e Segurança: O professor apoio contribui para o desenvolvimento da autonomia dos alunos, oferecendo segurança e ajudando-os a estabelecer uma rotina.
6. Necessidade de Formação Adequada: Há uma preocupação com a formação e capacitação dos professores de apoio, destacando a necessidade de profissionais especializados para desempenhar esse papel de forma eficaz.

As respostas indicam que os professores consideram o papel do professor apoio como fundamental e multifacetado no contexto educacional de alunos autistas. Eles são vistos como mediadores que não apenas facilitam a inclusão e adaptação dos alunos, mas também oferecem suporte individualizado que complementa o trabalho do professor

regente. Há uma ênfase na necessidade de formação contínua e especializada para que esses profissionais possam desempenhar suas funções de maneira eficaz.

A tabela a seguir resume a frequência das palavras e expressões mais mencionadas nas respostas dos professores sobre o papel do professor apoio:

Tabela 5: Frequência de palavras ou expressões da 3ª questão do bloco III

Palavra/Expressão	**Frequência**
Importância/Importante/Fundamental/Essencial	36 vezes
Suporte/Apoio	30 vezes
Inclusão/Integrar/Integração	18 vezes
Individualizado/Individual	16 vezes
Mediador/Mediação	10 vezes
Autonomia	8 vezes
Professor Regente	8 vezes
Adaptação/Adaptar	7 vezes
Socialização/Interação	6 vezes
Formação/Capacitação	5 vezes

Fonte: dados da pesquisa (2024)
Organização da autora

Os professores consideram o papel do professor apoio como essencial no processo educacional de alunos com transtorno do espectro autista, destacando sua importância para o sucesso do ensino e aprendizagem. A assistência contínua e personalizada oferecida por esses profissionais é fundamental para atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo um ambiente inclusivo e facilitando a integração escolar. O atendimento individualizado é valorizado, pois permite adaptar o ensino às particularidades de cada estudante, garantindo um aprendizado mais eficaz. Existe um destaque nas respostas sobre mediação que este professor realiza, facilitando a comunicação e interação entre alunos, colegas e o professor regente, o que é vital para o desenvolvimento social e acadêmico. Outro fator mencionado é a colaboração com o professor regente, permitindo um atendimento mais eficaz e individualizado. A adaptação curricular e de atividades é frequentemente mencionada, reforçando a importância de ajustar o ensino para melhor atender os alunos autistas. Por fim, a formação adequada desses profissionais é essencial para que possam desempenhar suas funções, no entanto, formação continuada sem condições materiais para a realização do trabalho não é o suficiente. É preciso olhar para a inclusão de forma ampla e articulada, como um trabalho em rede.

Ainda dado interessante é a utilização de advérbios de intensidade nas respostas juntamente com a palavra “importante” ou “importância”, ressaltando como os professores

consideram ser imprescindível o acompanhamento do professor apoio e o impacto significativo dele no processo educacional. O quadro abaixo indica a quantidade de vezes que a palavras apareceram juntamente a um advérbio de intensidade:

Tabela 6: Advérbios que aparecem junto às palavras “importante” ou “importância”

Advérbio	**frequência**
Suma (importância)	4
Extremamente (importante)	3
Muito (importante)	5
Totalmente (importante)	1

Fonte: dados da pesquisa (2024)
Organização da autora

Os professores frequentemente utilizam advérbios de intensidade, como "suma", "extremamente", "muito" e "totalmente", para enfatizar a importância do professor de apoio no contexto educacional de alunos autistas. Essa escolha linguística pode destacar a percepção de que o papel do professor de apoio é crucial para o sucesso educacional desses alunos, sublinhando a necessidade de suporte contínuo e especializado. Os advérbios refletem a crença de que a presença do professor apoio tem um impacto significativo e positivo no processo de ensino e aprendizagem, e podem também indicar um desejo de maior reconhecimento e valorização desse papel. Através de suas experiências práticas, os professores expressam a urgência e indispensabilidade do apoio especializado, comunicando a diferença tangível que ele faz no dia a dia escolar dos alunos autistas.

A quarta e última pergunta do terceiro bloco, que finaliza o questionário é a seguinte: “Você considera que fatores externos podem afetar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos autistas? Em caso afirmativo, cite os fatores que considera mais relevante”.

As respostas da pesquisa com os professores sobre o impacto de fatores externos no processo de ensino e aprendizagem de alunos autistas evidenciaram sua perspectiva, destacando a complexidade desse contexto educacional. O apoio familiar, o ambiente doméstico e a participação ativa da família na escola foram identificados como cruciais. A falta de rotina e o uso excessivo de telas são apontados como prejudiciais ao desenvolvimento dos alunos, segundo a percepção dos pesquisados. As condições socioeconômicas das famílias também desempenham um papel importante, influenciando o acesso a terapias e tratamentos médicos essenciais. A insuficiência da rede pública de

saúde e a demora nos atendimentos são barreiras que afetam o progresso dos alunos, segundo o apontamento dos professores.

O ambiente escolar e físico, incluindo a exposição a barulhos e estímulos sensoriais, pode impactar negativamente os alunos autistas, ressaltando a necessidade de um ambiente organizado e tranquilo. Fatores psicológicos e emocionais, como estabilidade afetiva e autoestima e apoio emocional são considerados determinantes para a aprendizagem. A manutenção de uma rotina estruturada é vista como essencial, pois mudanças inesperadas podem causar ansiedade.

Com base nas respostas dos pesquisados, os principais fatores externos que são relevantes e podem afetar o processo de ensino e aprendizagem são:

1. Apoio Familiar, ambiente Doméstico e colaboração família/escola: A relação entre a família e a escola é vista como crucial. A falta de apoio familiar, ausência de rotina em casa, e o uso excessivo de telas são frequentemente mencionados como fatores que podem prejudicar o desenvolvimento do aluno, segundo a percepção dos pesquisados. A participação ativa da família no processo educacional e a busca por atendimentos são vistas como fundamentais para o sucesso do aluno.
2. Condições Socioeconômicas: As condições econômicas da família são destacadas como um fator que afeta diretamente a capacidade de acessar terapias e tratamentos necessários. Dificuldades financeiras podem limitar o acesso a profissionais especializados e recursos adequados.
3. Acesso a Terapias e Tratamentos Médicos: A falta de terapias, medicamentos e atendimento médico adequado é um tema recorrente. A demora nos atendimentos e a insuficiência da rede pública de saúde são apontadas como barreiras significativas.
4. Ambiente Escolar e Físico: Aspectos do ambiente físico, como barulhos e estímulos sensoriais, são mencionados como fatores que podem afetar negativamente os alunos autistas. Um ambiente escolar organizado e tranquilo é considerado benéfico.
5. Fatores Psicológicos e Emocionais: Fatores emocionais e psicológicos, incluindo estabilidade afetiva e autoestima, são vistos como determinantes para a aprendizagem. O apoio emocional e psicológico é considerado importante para o desenvolvimento dos alunos.
6. Rotina e Estrutura: A importância de uma rotina estruturada, tanto em casa quanto na escola, é destacada. Mudanças inesperadas na rotina podem causar ansiedade e afetar o desempenho do aluno.

Todos estes fatores externos são percebidos como influências significativas no processo educacional dos alunos. Destaca-se a importância de um suporte mais abrangente que inclua a colaboração entre família, escola e profissionais de saúde.

5.5. Conclusões a respeito das possibilidades e limites no atendimento dos alunos Tea

A pesquisa realizada com professores de diversas áreas que trabalham com alunos autistas na Escola João da Costa Viana oferece compreensões do ponto de vista destes profissionais sobre o atendimento educacional dos alunos com transtorno do espectro autistas. Os resultados destacam a importância de um suporte abrangente e especializado, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, para promover o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos.

Em termos de formação e capacitação, a maioria dos professores possui pós-graduação, o que é um ponto positivo em relação à qualificação. No entanto, há uma demanda significativa por mais cursos de formação continuada específicos sobre autismo, já que muitos educadores se consideram apenas moderadamente preparados para lidar com as especificidades do TEA. A necessidade de capacitação contínua é crucial para equipar os professores com as habilidades necessárias para apoiar esses alunos de maneira eficaz.

O papel do professor de apoio é visto como essencial no processo educacional de alunos autistas, oferecendo suporte individualizado e facilitando a inclusão e integração escolar. A presença desse profissional é considerada vital para adaptar o ensino às necessidades específicas dos alunos, promovendo um ambiente inclusivo e seguro. A formação adequada desses profissionais é destacada como uma necessidade urgente.

Os fatores externos, como o apoio familiar, condições socioeconômicas, acesso a terapias e tratamentos médicos, são percebidos como influências fortes no processo de ensino e aprendizagem. A colaboração entre família, escola e profissionais de saúde é vista como crucial para o sucesso educacional. A falta de recursos e infraestrutura adequados, bem como a insuficiência da rede pública de saúde, são barreiras que precisam ser superadas.

Os professores identificam a inclusão, socialização, adaptação curricular, e o desenvolvimento de habilidades como áreas prioritárias para intervenção. No entanto, enfrentam desafios significativos, como a falta de recursos, formação inadequada, e a necessidade de flexibilização curricular. A pesquisa sugere que, para melhorar o

atendimento aos alunos autistas, é necessário investir em formação contínua, recursos adequados, e políticas públicas eficazes que garantam um ambiente educacional inclusivo e de qualidade.

A pesquisa evidencia a complexidade do atendimento educacional de alunos autistas e a necessidade de um esforço conjunto para superar os desafios identificados, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento escolar aos alunos com transtorno do Espectro autista é um desafio no sentido de que há ainda muito que saber sobre o transtorno, falta formação para os profissionais da educação e de condições materiais para realização do trabalho pedagógico, sobretudo para os professores que lidam diretamente com a criança. A estrutura física, o número elevado de alunos em sala, a falta de materiais específicos são dificuldades enfrentadas no atendimento destes alunos. É necessário intensificar as relações com a família e a luta por políticas públicas que possam materializar melhores condições de atendimento de pessoas Tea, pois a conscientização, o alinhamento na rotina de casa e da escola, a busca pelos tratamentos e a participação ativa no processo de ensino e aprendizagem são essenciais para o pleno desenvolvimento da criança.

Ao longo da história do nosso país, sobretudo a partir da Constituição de 1988, houve uma grande evolução em termos de lei de garantias aos cidadãos, no entanto, há um distanciamento entre a lei e o que realmente acontece. No âmbito nacional, a legislação tem buscado integrar alunos com deficiência no ensino regular, promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão social. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Decreto 6.571 de 2008 são marcos importantes que reforçam o compromisso do Brasil com a educação inclusiva, destacando a necessidade de colaboração intersetorial e a adaptação das escolas para atender às necessidades específicas dos alunos.

No estado do Paraná, a legislação estabelece diretrizes claras para o Atendimento Educacional Especializado, garantindo que estudantes com TEA recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento educacional. A Lei nº 21.964 e as instruções normativas destacam a importância da capacitação contínua de profissionais e da elaboração de planos educacionais individualizados.

Em Foz do Iguaçu, mesmo que a legislação municipal busque assegurar que as pessoas com autismo tenham seus direitos plenamente garantidos, promovendo a inclusão escolar e o suporte necessário em diversas áreas da vida, ainda são evidenciados que há um caminho à percorrer no que diz respeito a efetivação da lei. A falta de exigência de formação específica para profissionais de apoio representa um desafio na implementação das políticas inclusivas.

A implementação das leis e a garantia de que as escolas estejam preparadas para acolher todos os alunos de maneira equitativa e especializada são fundamentais para transformar a inclusão em uma realidade concreta. O desafio é fazer com as leis saiam do papel e sejam cumpridas. Que todos os cidadãos, sobretudo aqueles que possuem algum tipo de deficiência ou transtorno, gozem plenamente de acesso a saúde, educação e de uma vida de cuidados e garantias.

A definição do autismo como um espectro, conforme Lorna Wing e o DSM-5, destaca a variedade de manifestações e a necessidade de abordagens educacionais individualizadas. A educação inclusiva para alunos com TEA demanda colaboração entre educadores, famílias e profissionais de saúde, assegurando que as necessidades individuais sejam eficazmente atendidas. A formação contínua de professores e a adaptação do ambiente escolar são cruciais para atender às necessidades dos alunos com TEA, promovendo seu desenvolvimento.

A função social da escola numa perspectiva inclusiva, destaca esta instituição como um espaço de transmissão de conhecimento, socialização e formação cidadã, onde a inclusão é um princípio fundamental. A Escola João da Costa Viana, com sua infraestrutura e projetos pedagógicos, exemplifica o compromisso com a educação inclusiva, atendendo a uma população estudantil diversa e com necessidades específicas. A presença de alunos com Transtorno do Espectro Autista e outras condições exige uma abordagem pedagógica adaptada, com apoio especializado e recursos adequados. No entanto, existem muitas barreiras neste processo, conforme aponta a pesquisa realizada com os professores da unidade.

A pesquisa oferece uma visão sobre as possibilidades e desafios no atendimento de alunos autistas na perspectiva dos professores, evidenciando a complexidade e diversidade de estratégias necessárias para uma educação inclusiva e eficaz. A presença de professores apoio e a capacitação contínua dos docentes são identificadas como necessidades cruciais, sublinhando a importância de suporte especializado.

Dentre as possibilidades apontadas, a socialização e a inclusão são prioridades, enfatizando a integração dos alunos como um ponto forte que pode ser desenvolvido na escola. Mas, para que isto aconteça, adaptações curriculares e flexibilização de atividades são fundamentais para atender às necessidades individuais, enquanto um ambiente estruturado e a colaboração com as famílias são essenciais para o sucesso escolar. As possibilidades identificadas variam de adaptações físicas a estratégias pedagógicas e de

apoio familiar, evidenciando a necessidade de uma abordagem multifacetada. Para concretizar essas possibilidades, são necessários investimentos reais e políticas públicas inclusivas, garantindo os direitos dos alunos autistas. Além do esforço dos educadores, é imprescindível um compromisso institucional e governamental para criar um ambiente inclusivo e equitativo para todos os alunos.

Os desafios apontados pelos professores destacam a importância de um suporte abrangente e especializado, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, para promover o desenvolvimento acadêmico e social desses alunos, entre os mais frequentemente mencionados estão a falta de recursos e infraestrutura adequados, a escassez de materiais pedagógicos adaptados e a infraestrutura escolar, que muitas vezes não é adequada, com salas superlotadas e ambientes que não são sensorialmente amigáveis.

Outro desafio crítico é a formação e capacitação dos professores, a pesquisa aponta que apesar de muitos educadores possuírem pós-graduação, há uma demanda significativa por cursos de formação continuada específicos sobre autismo. A falta de formação adequada e contínua compromete a implementação de estratégias de ensino eficazes, evidenciando a necessidade de capacitação especializada para equipar os professores com as habilidades necessárias.

A ausência de apoio especializado e multidisciplinar também é um limite significativo. O acesso a saúde, com tratamentos adequados, a demora em ter acesso atendimentos complementares e a falta de profissionais como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, entre outros, impede um atendimento holístico e integrado, essencial para o desenvolvimento dos alunos autistas.

Em relação à família, a pesquisa constatou que os professores a consideram essencial no processo de ensino e aprendizagem da criança autista, servindo como um pilar de apoio que complementa os esforços escolares; atitudes como alinhar rotinas entre o ambiente doméstico e escolar ajuda a estabelecer uma estrutura previsível, crucial para o bem-estar e a adaptação, facilitando a implementação de práticas inclusivas, promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas, garantindo um suporte abrangente e contínuo. O envolvimento ativo dos pais na educação fortalece a comunicação e a confiança entre todos os envolvidos, contribuindo significativamente para o sucesso do aluno.

Por fim, a rigidez do currículo e das avaliações de larga escala é vista como um obstáculo para a inclusão, existe a necessidade de flexibilização e adaptação curricular, é

essencial que as avaliações acompanhem o novo panorama da educação atual, a inclusão deve estar presente em todos os processos escolares, inclusive nas avalições, pois é essencial para acomodar diferentes estilos de aprendizagem e níveis de habilidade.

A pesquisa revela um grande esforço dos profissionais da educação em atender aos alunos com Tea e desenvolver o máximo possível suas potencialidades. O problema não é atender o aluno autista ou com deficiência. A questão é o desamparo do professor para atender as demandas de aprendizagem dos alunos, independente da sua condição, dadas as cobranças por uma educação performativa, pautada em cobranças por resultados, quando essas necessidades da instituição escolar são invisibilizadas. Ressaltamos a necessidade de formação, de estrutura física adequada e de equipes multidisciplinares: psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, médico, entre outros. A demora no diagnóstico, aliada a falta desses atendimentos complementares, dificulta e atrasa o desenvolvimento do aluno, deixando o trabalho do professor mais penoso.

A pesquisa conclui que, para superar esses desafios, é necessário um esforço conjunto que inclua investimentos em recursos, formação contínua, e políticas públicas eficazes. A colaboração entre família, escola e profissionais de saúde é vista como crucial para criar um ambiente educacional inclusivo e de qualidade, garantindo que os direitos dos alunos autistas sejam plenamente atendidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Jorge Luiz Ferreira; MARFINATI, Anahi Canguçu. **Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo.** Estilos clínicos. São Paulo, 2014. Disponível em: DOI: http://dx.doi.org/10.11606 /issn.1981 -1624.v19i2p244-262. Acesso em outubro de 2023.

Associação amigos do autisma-AMA. **Transtorno do espectro autista.** Disponível em https://www.ama.org.br. Acesso em julho de 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. DSM-5 TR – Manual Diagnóstico e estatístico de Transtornos Mentais. **Transtorno do espectro autista**. Porto Alegre, 2023.

AUTISMO E REALIDADE. Instituto. **O que é autismo?** Disponível em: https://autismoerealidade.org.br. Acesso em julho de 2023.

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil.** Educação e Pesquisa, v. 45, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945217423.Acesso em janeiro de 2025.

BOSA, Cleonice. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre, 2002.

BRADBURY, Leonardo Cacau Santos La. **Direito à Educação: Judicialização, Políticas Públicas e Efetividade do Direito Fundamental**. Curitiba, 2016.

BRASIL, Diário Oficial da União. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961: Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília**,** 1961. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal. Acesso em julho de 2024.

BRASIL, Diário Oficial da União. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971: Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em julho de 2024.

BRASIL, Palácio do Planalto. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em julho de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto .gov.br/ccivil_03/ constituicao/constituicao.htm. Acesso em outubro de 2023.

BRASIL, Diário Oficial da União. **Lei 12764 Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília**, 27/12/2012.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 6.571 Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.** Brasília, 2008.

BRASIL. Equipe da Secretaria de Educação Especial/ MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

BRASIL, Diário Oficial da União. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Brasília, 2013.

BRASIL, Diário Oficial República Federativa do**. Lei 13146 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 06/06/2015.

BRASIL, Diário Oficial da União. **Lei 12.764. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **TEA: saiba o que é o Transtorno do Espectro Autista e como o SUS tem dado assistência a pacientes e familiares**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril, acesso em junho de 2023.

BRASIL, Resolução nº 4 CNE. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília, 2009.

BUENO, José Geraldo. **Função social da escola e organização do trabalho pedagógico.** Educar - UTFPR, Curitiba, n. 17, p. 101-110. 2001.

CARDIN, Eric Gustavo. **A Expansão do Capital e as Dinâmicas da Fronteira.** Tese de doutorado- Unesp. Araraquara, 2011.

COELHO, Fábio. **Comunicação alternativa no Tea**. Academia do autismo, 2022.

CONFERÊNCIA Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia, 1990. Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos. **Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/DireitoaEduca%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial -sobre-educacao-paratodos. html. Acesso em março de 2024.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** São Paulo, 2004.

COUTO, Cirleine Costa. Autismo e professores: Diagnóstico precoce, inclusão escolar e rede de atenção psicossocial. Curitiba, 2021.

DAINEZ, Debora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201945187853. Acesso em novembro de 2024.

DAVID ARAUJO, Luiz Alberto; MACIEIRA DA COSTA FILHO, Waldir. **A Lei 13.146/2015 (o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e sua efetividade**. Revista Direito e Desenvolvimento, v. 7, n. 13, p. 12–30, 2017. Disponível em: https://periodicos.unipe.br/index.php direitoedesenvolvimento/article/view/298. Acesso em: julho de 2024.

DAVIS, Cláudi; SOUSA, José Vieira de; CORRÊA, Juliane; FERNANDES, Maria Estrela Araújo; GROSBAUM, Marta Wolak; PENIN, Sonia T. Sousa; VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão da escola Desafios a Enfrentar.** Rio de Janeiro, 2002.

DEFENDI, Edson. **Transtorno do espectro do autismo – Tea**. 2016.

DUARTE, E. M. da S., Silva, C. F. dos S., Santos, P. F. dos, Lopes, S. C. B., & Santos, M. M. de B. (2023). **Inclusão da criança com Transtorno de Espectro Autista (TEA) na escola**. Revista Internacional De Estudos Científicos, 1(1), 166–184. https://doi.org/10.61571/riec.v1i1.147. Acesso em: fevereiro de 2025.

FERNANDES, Amanda D. S. A.; COUTO, Maria Cristina V.; ANDRADA, Barbara C.; DELGADO, Pedro Gabriel G. **A "indústria" do autismo no contexto brasileiro atual: contribuições ao debate**. Rio de Janeiro, 2024.

FERREIRA, Inês Couto Macedo; SANTOS, Janaina Proensa; Spengler, Salete Neides. **Memórias da Escola Municipal João da Costa Viana**. Foz do Iguaçu/PR, 2021.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 4.698 de 2019**. Institui a Política Municipal de Proteção aos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, e dá outras providências. Disponível em: http//leismunicipais.com.br.

FOZ DO IGUAÇU. **LEI Nº 5.247**. Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino - SME, do Município de Foz do Iguaçu. DE 17 de abril de 2023. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/. Acesso em setembro de 2024.

FOZ DO IGUAÇU. **Instrução Normativa nº 2**, Estabelece protocolo para solicitação de apoio escolar para estudantes com deficiência de natureza sensorial, intelectual ou física ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados na Rede Municipal de Ensino, de 05 de fevereiro de 2024. Disponível em: https://ead-ntm.pti.org.br/ntm/course/view.php?id=1233. Acesso em julho de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, 1996.

FREIRE, Paulo. **Coleção Manuscritos: A escola**. São Paulo, 1989. Disponível em: https://acervo.paulofreire.org/items/fca5541a-de5f-4db9-9db5-f6d8d56770e5. Acesso em setembro de 2024.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do Analfabetismo no Brasil.** Publicado em 10/06/2021. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatí sticas-e-indicadores-educacionais/mapa-do-analfabetismo-no-brasil. Acesso em setembro de 2024.

LIMA, Cintia Fiorotti; Cardin, Eric Gustavo. Migração paraguaia na faixa de fronteira do Brasil: Identidades, circularides e redes transnacionais. Revista Séc XXI, v.7, nº 02. Porto Alegre, 2016.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu no contexto da história**. Foz do Iguaçu, 2010.

LIMA, Rossano Cabral. **A construção histórica do autismo (1943-1983).** Ciências Humanas e Sociais vol. 36. Edur, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/RossanoLima/publication/348169211_A_construcao_historica_do_autismo_1943-1983. Acesso em março de 2025.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba, 2009.

MONTOAN, Maria Teres Egler. LIMA, Norma Silvia Trindade de. **Notas Sobre Inclusão, Escola e Diferença.** Educação Temática Digital, Campinas, SP, v.19, n.4 p. 824-832 out./dez.2017.

MATOS, Neide da Silveira Duarte de. **A educação especial e a formação de professores proposta pelo programa —Educação inclusiva: direito à diversidade**. Cascavel, PR: UNIOESTE, 2011.

MUNARETTI, Andresa dos Santos. **Formação Continuada para Inclusão de Alunos com Transtorno do Espectro Autista: Desafios e Possibilidades.** Unioeste. Foz do Iguaçu, 2023.

ORRÚ, Silvia Ester. **Autismo: linguagem e Educação**. Rio de Janeiro, 2012.
PARANÁ, SEED/SUED. Instrução Normativa n.º 001/2016 Assunto: critérios para a solicitação de Professor de Apoio Educacional Especializado aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Curitiba, 2016.

PARANÁ, Diário Oficial do Estado. **LEI 21.964 Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Curitiba, 2024. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/. Acesso em janeiro de 2025.

PARANÁ, SEED/DEDU. **Instrução normativa n° 003/2024 Estabelece a organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado, por meio das Salas de Recursos Multifuncionais, na Rede Estadual de Educação do Paraná.** Curitiba, 2024

PARANÁ. Secretaria da Saúde. **Transtorno do espectro autista**. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/. Acesso em julho de 2023.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação- SEED. SERE - Sistema Estadual de Registro Escolar. Disponível em: https://www.sere.pr.gov.br/sere/. Acesso em junho de 2024.

PARANÁ. IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Geral: 11,8 milhões de pessoas: IBGE aponta Paraná com a 5ª maior população do Brasil em 2024,** de 29/08/2024**.** Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/118-milhoes-de-pessoas-IBGE-aponta-Parana-com-5a-maior-populacao-do-Brasil-em-2024. Acesso em setembro de 2024.

PMFI - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. A cidade. Disponível em: https: //www5 .pmfi. pr. gov . br/cidade. Acesso em janeiro de 2024.

PRIZANT, Barry M.; FIELDS-MEYER, Tom . **Humano a sua maneira[livro eletrônico] : um novo olhar sobre o autismo.** São Paulo, 2023.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María P. B. **Metodologia de Pesquisa.** Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Larissa Yule Amado; AMORIM, Simone Silveira. **Considerações Sobre os primeiros diagnósticos do uatismo: Leo Kanner, o pai do autismo. Seminário** Aracaju, 2021.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Acesso em julho de 2024.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – Necessidades Educativas Especiai**s. Salamanca, 1994.

ANEXOS

Anexo 1: questionários da pesquisa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS
MESTRADO E DOUTORADO

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

Linha de Pesquisa: Política, trabalho e Sociedade

Professor Orientador: Profº Dr. Valdecir Soligo

Título da Dissertação: Possibilidades e limites no atendimento de crianças autistas na rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu

Pesquisador para contato: Janaina Proensa dos Santos

Telefone: (45) 998055702

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFESSORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS

Bloco I – Caracterização do pesquisado

1. Assinale qual alternativa corresponde ao seu nível mais alto de formação docente:

( ) magistério
( ) pedagogia
( ) outra licenciatura na área da educação
( ) pós-graduação
( ) mestrado
( ) doutorado

2. Qual alternativa correspondente ao seu vínculo empregatício com a prefeitura de Foz do Iguaçu?

( ) Professor estatutário (concursado)
( ) professor contrato temporariamente.

3. Assinale a alternativa que mais se aproxima do seu tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu.

( ) menos de 1 (um) ano de serviço.
( ) entre 1 e 5 anos de serviço .

( ) entre 5 e 10 anos de serviço.
( ) entre 10 e 15 anos de serviço .
( ) entre 15 e 20 anos de serviço.
( ) entre 20 e 25 anos de serviço.
( ) mais de 25 anos de serviço.
Bloco II- perguntas de múltipla escolha

4. Você já participou de algum curso de formação continuada com a temática relacionada ao autismo?
( ) sim
( ) não

5. Em relação aos cursos de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação, você considera suficiente a oferta de cursos com a temática do autismo?
( ) sim
( ) não

6. Como você considera o seu nível de conhecimento sobre o autismo?

( ) Extremamente satisfatório. Domino amplamente o assunto.
( ) Satisfatório. Entendo o suficiente para trabalhar.
( ) Regular. Ainda preciso aprender muito sobre autismo.
( ) Insuficiente. Não sei muito sobre o transtorno.

7. Em que medida você considera que as ações pedagógicas escolares contribuem para o desenvolvimento do aluno autista?

( ) Contribuem muito.
( ) Contribuem suficiente.
( ) Contribuem regularmente.
( ) Contribuem pouco.
( ) Não contribuem.

Bloco III- perguntas abertas

8. De acordo com sua percepção, indique as possibilidades no atendimento do aluno autista na escola:
_____
_____
_____

9. De acordo com sua percepção, indique os limites do atendimento do aluno autista na escola:
_____
_____
_____
10. Qual a importância do professor apoio para o processo de ensino e aprendizagem do aluno autista?

_____
_____
_____
_____

11. Você considera que fatores externos podem afetar o processo de ensino aprendizagem dos alunos autistas? Em caso afirmativo, cite os fatores que considera mais relevantes.

_____
_____
_____
_____
_____
_____

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

Linha de Pesquisa: Política, trabalho e Sociedade

Professor Orientador: Profº Dr. Valdecir Soligo

Título da Dissertação: Possibilidades e limites no atendimento de crianças autistas na rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu

Pesquisador para contato: Janaina Proensa dos Santos

Telefone: (45) 998055702

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AO DIRETOR DA ESCOLA

Bloco I – Caracterização do pesquisado

1. Assinale qual alternativa corresponde ao seu nível mais alto de formação docente:

( ) magistério
( ) pedagogia
( ) outra licenciatura na área da educação
( ) pós-graduação
( ) mestrado
( ) doutorado

2. Qual alternativa correspondente ao seu vínculo empregatício com a prefeitura de Foz do Iguaçu?

( ) Professor estatutário (concursado)
( ) professor contrato temporariamente.

3. Assinale a alternativa que mais se aproxima do seu tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu.

( ) menos de 1 (um) ano de serviço.
( ) entre 1 e 5 anos de serviço .
( ) entre 5 e 10 anos de serviço.
( ) entre 10 e 15 anos de serviço .
( ) entre 15 e 20 anos de serviço.
( ) entre 20 e 25 anos de serviço.
( ) mais de 25 anos de serviço.

Bloco II- perguntas de múltipla escolha

4. Em relação aos cursos de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação, você considera suficiente a oferta de cursos com a temática do autismo?
( ) sim
( ) não

5. Em que medida você considera que as ações pedagógicas escolares contribuem para o desenvolvimento do aluno autista?

( ) Contribuem muito.
( ) Contribuem suficiente.
( ) Contribuem regularmente.
( ) Contribuem pouco.
( ) Não contribuem.

Bloco III- perguntas abertas

6. Você considera que fatores externos podem afetar o processo de ensino aprendizagem dos alunos autistas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu? Em caso afirmativo, cite os fatores considerados mais relevantes.

_____
_____
_____
_____
_____
_____

7. Indique as possibilidades no atendimento de alunos autistas na rede municipal de ensino.

_____
_____
_____
_____

8. Indique os maiores desafios para o atendimento de alunos autistas na rede municipal de ensino.

_____
_____
_____

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

Linha de Pesquisa: Política, trabalho e Sociedade

Professor Orientador: Profº Dr. Valdecir Soligo

Título da Dissertação: Possibilidades e limites no atendimento de crianças autistas na rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu

Pesquisador para contato: Janaina Proensa dos Santos

Telefone: (45) 998055702

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

Bloco I – Caracterização do pesquisado

1. Assinale qual alternativa corresponde ao seu nível mais alto de formação docente:

( ) magistério
( ) pedagogia
( ) outra licenciatura na área da educação
( ) pós-graduação
( ) mestrado
( ) doutorado

2. Qual alternativa correspondente ao seu vínculo empregatício com a prefeitura de Foz do Iguaçu?

( ) Professor estatutário (concursado)
( ) professor contrato temporariamente.

3. Assinale a alternativa que mais se aproxima do seu tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu.

( ) menos de 1 (um) ano de serviço.
( ) entre 1 e 5 anos de serviço .
( ) entre 5 e 10 anos de serviço.
( ) entre 10 e 15 anos de serviço .
( ) entre 15 e 20 anos de serviço.
( ) entre 20 e 25 anos de serviço.
( ) mais de 25 anos de serviço.

Bloco II- perguntas de múltipla escolha

4. Em relação aos cursos de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação, você considera suficiente a oferta de cursos com a temática do autismo?
( ) sim
( ) não

5. Em que medida você considera que as ações pedagógicas escolares contribuem para o desenvolvimento do aluno autista?

( ) Contribuem muito.
( ) Contribuem suficiente.
( ) Contribuem regularmente.
( ) Contribuem pouco.
( ) Não contribuem.

Bloco III- perguntas abertas

6. Você considera que fatores externos podem afetar o processo de ensino aprendizagem dos alunos autistas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu? Em caso afirmativo, cite os fatores considerados mais relevantes.

_____
_____
_____
_____
_____
_____

7. Indique as possibilidades no atendimento de alunos autistas na rede municipal de ensino.

_____
_____
_____
_____
_____

8. Indique os maiores desafios para o atendimento de alunos autistas na rede municipal de ensino.

_____
_____
_____